



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

APOLINÁRIO NOEL FARIA GUTERRES

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TIMOR LESTE:
PROBLEMAS, CAUSAS E ALTERNATIVAS**

Florianópolis

2018

APOLINÁRIO NOEL FARIA GUTERRES

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TIMOR LESTE:
PROBLEMAS, CAUSAS E ALTERNATIVAS**

**Monografia submetida ao Curso de
Relações Internacionais da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito obrigatório para obtenção do
grau de Bacharelado**

Orientadora: Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Florianópolis

2018

APOLINÁRIO NOEL FARIA GUTERRES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TIMOR LESTE:
PROBLEMAS, CAUSAS E ALTERNATIVAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota **8** (oito) ao acadêmico Apolinário Noel Faria Guterres na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

Dedicado aos nutricionistas e funcionários do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Santa Catarina pela preparação de alimentação nutritiva, saudável, adequada e de qualidade. Exemplo de boas práticas da Segurança Alimentar e Nutricional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Manuel Faria da Silva e Zélia de Jesus Guterres, pelos apoios incondicionais em todos os momentos desde o percurso da minha vida. Mesmo longe de casa, o amor e carinho são minhas maiores inspirações. Vocês são exemplos de como levar uma vida simples, digna e com determinação.

Aos meus dois irmãos, Luzinho Faria da Silva Guterres e Valdecson Joy Faria da Silva Guterres, são fontes de energia para os meus estudos. À minha irmã Ana Zulmira Faria da Silva Guterres, pela companhia e conselhos mesmo em distância.

Ao meu Tio Isilio Antonio de Fatima Coelho da Silva, obrigadíssimo pela confiança, dedicação e apoio à minha candidatura ao Programa de Estudantes Convênio-Graduação (PEC-G).

Ao meu Tio Francisco Nunes da Silva, pelo apoio financeiro nos momentos de crises, apoio moral, disponibilidade e acima de tudo confiança em mim depositado.

À professora Karine de Souza de Sousa Silva, meu agradecimento especial pela paciência e disponibilidade de orientar esta monografia. Como profissional, você é exemplo em todos os sentidos. Compreensível, empenhada, e respeitosa acima de tudo.

Ao Governo Brasileiro, especialmente Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação pela bolsa e constante acompanhamento desde o processo de candidatura até a conclusão do curso.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o meu maior gratidão pelo acolhimento ao longo de quatro anos de aprendizagem. Professores, técnicos administrativos, SINTER e todos que tem vínculo com a universidade.

Aos meus amigos da turma 14.2, vocês fazem parte desta trajetória e que jamais esquecerei da nossa amizade. Aos amigos timorenses que se encontram na UFSC, Mário Menezes e Azita Valente Camões, e Domingos Sebastião Guterres (UDESC), o meu maior agradecimento pelas camaradagens, conversas, e acima de tudo compartilhar momentos bons e ruins.

Meus agradecimentos vão àqueles que contribuíram direta e indiretamente nesta trajetória de vida acadêmica.

Gratidão a todos!!!

Nunca é tarde reconstruir um novo caminho. Desde que a determinação e esperança se encontram vivos.

Dino Silva

RESUMO

Esta monografia versa sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Timor-Leste, com delimitação temporal de 2002 (a partir do Primeiro Governo Constitucional) até 2017 (com o término do Sexto Governo Constitucional). Ao observar todas as dimensões da SAN, a pesquisa se concentra na dimensão da disponibilidade de alimentos como fonte primária que garante a SAN. A pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e exploratório tem com objetivo apresentar os principais problemas da produção de alimentos no Timor-Leste, suas causas e as possíveis alternativas para melhorar a produtividade alimentar. Assim sendo, a monografia concentra-se nas políticas públicas no Timor-Leste implementados pelos governos. O estudo encontra-se dividido em três capítulos, os quais estão baseados em objetivos específicos. São eles: expor os principais problemas que Timor-Leste enfrenta em termos de produção; examinar os fatores causadores da escassez de alimentos; suscitar possíveis alternativas para melhorar a produtividade alimentar que garante SAN. Em vias de conclusão, a monografia pretende contribuir para o entendimento do Direito Humano à Alimentação Adequada em Timor-Leste, e a importância da disponibilidade de alimentos como fonte essencial para garantir a alimentação de quantidade e qualidade aos timorenses.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional. Timor-Leste. Políticas Públicas. Direito Humano à Alimentação Adequada.

ABSTRACT

This monograph deals with Food and Nutrition Security (FNS) in Timor-Leste, with a temporal delimitation of 2002 (from the First Constitutional Government) until 2017 (with the end of the Sixth Constitutional Government). Looking at all of the FNS's dimensions, the research focuses on the relevance of food availability as the primary source that ensures FNS. The qualitative, descriptive and exploratory research aims to present the main problems of food production in Timor-Leste, its causes and possible alternatives to improve food productivity. Thus, the monograph focuses on public policies in Timor-Leste implemented by governments. The study is divided into three chapters, which are based on specific objectives. These are: to expose the main problems that Timor-Leste faces in terms of production; examine the factors causing food scarcity; potential alternatives to improve food productivity that ensures FNS. The monograph aims to contribute to the understanding of the Human Right to Adequate Food in Timor-Leste and the importance of the food availability as an essential source to ensure the quantity and quality of food for Timorese.

KEY WORDS: Food and Nutrition Security. Timor-Leste. Public policy. Human Right to Adequate Food.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Produtos mais produzidos no Timor-Leste.....	22
GRÁFICO 2 - Área Agrícola.....	23
GRÁFICO 3 - Produção Total de Cereais.....	24
GRÁFICO 4 - Produção / Produz quantidades de Arrozaís no Timor-Leste.....	25
GRÁFICO 5 - Quantidades de produção/ rendimento de milho no Timor-Leste.....	26
GRÁFICO 6 - Quantidades de produção / rendimento de produtos hortícolas frescos no Timor-Leste.....	27
GRÁFICO 7 - Quantidade de produção / rendimento de batata doce no Timor-Leste.....	28
GRÁFICO 8 - Quantidade de produção / rendimento de batatas no Timor-Leste.....	29
GRÁFICO 9 - Quantidades de produção / rendimento de raízes e tubérculos no Timor-Leste.....	30
GRÁFICO 10 - Profundidade do déficít alimentar (kcal / capita / dia) (média de 3 anos).....	31
GRÁFICO 11 - Temperatura Média Mensal e Precipitação para Timor-Leste de 1991-2015.....	33
GRÁFICO 12 - Produção de arroz. Timor-Leste em comparação com produtividade da Indonésia, Tailândia e Vietnã.....	37
GRÁFICO 13 - Porcentagem dos gastos anuais da despesa nacional e para MAFP no PGC.	43
GRÁFICO 14 - Porcentagem dos gastos do Segundo e Terceiro Governo Constitucional.....	46
GRÁFICO 15 - Porcentagem dos gastos no Quarto e Quinto Governo Constitucional.....	48
GRÁFICO 16 - Porcentagem de gastos orçamentárias no VI Governo.....	52
GRÁFICO 17 - Produtos que Timor-Leste importa de 2002-2016.....	63
GRÁFICO 18 - Produtos que Timor Leste importa 2002-2016 sob visão empilhado.....	63
GRÁFICO 19 - Produtos que Timor-Leste exporta 2002-2016.....	64

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- Mapa de Timor-Leste.....	18
IMAGEM 2- Preço mundial de cereais e Produção de cereais (todos os cereais).....	35
IMAGEM 3- Nível de preços do fator da Paridade Poder de Compra em conversão (PIB) para a taxa de câmbio do mercado.....	36
IMAGEM 4- Alternativa para aumentar a produtividade alimentar como dimensão primária da SAN.....	67

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Despesas alocadas para o MAFP em comparação com Despesa nacional no PGC (2002-2006) em dólares.....	42
TABELA 2 - Despesas orçamentárias no Segundo Governo Constitucional.....	44
TABELA 3 - Período de transição com orçamento duodécimo de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2017.....	45
TABELA 4 - Despesa Nacional e alocação para o Ministério de Agricultura e Pescas no período de Quarto Governo Constitucional.....	47
TABELA 5 - Despesa Nacional e alocação para o Ministério de Agricultura e Pescas no período de Quinto Governo Constitucional.....	47
TABELA 6 - Despesas orçamentárias para o VI Governo Constitucional.....	52
TABELA 7 - Importação de arroz de 2002 a 2016.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS

CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNDHC	Direção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
HASATIL	Hametin Agrikultura Sustentável iha Timor-Leste
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MAFP	Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
ONG's	Organizações Não-Governamentais.
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Programa Alimentar Mundial
PDHJ	Provedoria de Direitos Humanos e Justiça
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PGC	Primeiro Governo Constitucional
PIDESC	Pacto INternacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QGC	Quarto Governo Constitucional
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional Culturais
SGC	Segundo Governo Constitucional
SoL	Seeds of Life
TGC	Terceiro Governo COnstitucional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SUAS DISPONIBILIDADES NO TIMOR-LESTE.....	18
1.1. Considerações Preliminares.....	18
1.2. Produção, disponibilidade de alimentos e fome.....	19
1.3. Contexto de disponibilidade de alimentos e produção no Timor-Leste.....	21
2. OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A ESCASSEZ DE ALIMENTOS NO TIMOR-LESTE.....	32
2.1. Considerações Preliminares.....	32
2.2. Fatores Externos que contribuem para o agravamento da produção de alimentos no país.....	32
2.3. Fatores Internos que contribuem para a diminuição de produção de alimentos.....	37
2.4. O esforço do Estado e dos Governos em relação a disponibilidade de alimentos.....	40
3. POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA MELHORAR A PRODUTIVIDADE ALIMENTAR NO TIMOR-LESTE PARA GARANTIR SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	54
3.1. Considerações Preliminares.....	54
3.2. Direito Humano à Alimentação Adequada em consonância com legislação interna timorense.....	55
3.3. Possíveis alternativas para responder fatores interno e externo.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

Desde a independência do Timor-Leste, a insegurança alimentar tem sido uma das preocupações preponderantes uma vez que a população não possui dieta alimentar minimamente balanceada que lhes garanta uma vida saudável e de qualidade. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) será tratada nesta monografia sob perspectiva de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O acesso à alimentação saudável é um direito do ser humano e o dever do Estado é o de promover a alimentação nutritiva aos cidadãos.

Segundo Burity et al (2010), o termo Segurança Alimentar surge após a Primeira Guerra Mundial, principalmente nos países europeus quando a guerra destruiu quase todas as fontes de alimentação. A princípio, o termo apareceu exclusivamente na Europa como questão de segurança interna, mas com o passar do tempo tornou-se uma preocupação global. Conforme sublinha Nascimento et al (2010), o conceito ganha força a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quando a Europa estava em colapso e sem condições de produzir o seu próprio alimento e por isso o assunto foi tratado como questão de segurança nacional.

Após a criação da Organização das Nações Unidas, o ponto culminante para o reconhecimento dos direitos humanos foi a Declaração Universal de Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948. A Declaração delinea os direitos humanos básicos, contudo, a violação é constante e praticada pelos países membros. Entretanto, precisa ser discutida.

Timor-Leste como foco de pesquisa a contextualização de DHAA em consonância com a legislação timorense é fundamental mas não exclusivo.

Para desenvolver o trabalho, o conceito utilizado nesta monografia está em conformidade com a definição formulada na Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma, Itália, em 1996, que declara que existe segurança alimentar quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes que atendam suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 1996).

Nota-se que a definição dada a Segurança Alimentar está norteada por dois princípios imprescindíveis, sendo eles: acesso físico e econômico. Nesse sentido, a

disponibilidade de alimentos vem em primeiro lugar em todo o ciclo da distribuição até consumidores.

Além dessa definição, Gomes et al (2013), elenca as quatro principais dimensões da Segurança Alimentar. São elas: a disponibilidade física dos alimentos; acesso econômico e físico aos mesmos; utilização e a estabilidade das três dimensões anteriores ao longo do tempo. Segundo a autora, para que os objetivos da Segurança Alimentar sejam realizados, todas as dimensões devem ser cumpridas simultaneamente.

Ciente das importâncias e das interdependências dessas dimensões, neste trabalho opta-se por escolher a primeira dimensão, que é a disponibilização física de alimentos, mais especificamente no setor agrícola.

Devido à complexidade do assunto de SAN, esse recorte norteia o desenvolvimento do trabalho.

O Timor-Leste situa-se na região do sudeste asiático e tornou-se independente em 20 de maio de 2002. Considerado um país insular, Timor ocupa aproximadamente 14.874 km² da ilha de Timor. Ao longo do processo de desenvolvimento, enfrentam-se vários desafios para garantir a melhoria de condições de vida das populações. Um deles é o acesso a alimentação produzidas internamente.

Segundo os dados do Banco Mundial, o crescimento populacional no Timor-Leste é crescente a partir de 2002 até 2016. O aumento é significativo: em 2002, eram 923,825 pessoas; já em 2016, a população situa-se em 1.268,671 pessoas. O aumento da população é, certamente, um desafio para o Estado na garantia de uma alimentação de quantidade e qualidade para todos.

Apesar de ter aderido a vários programas das Nações Unidas, como o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM), Desafio Fome Zero, Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, entre outros, a escassez de alimentos e malnutrição ainda são notórios atualmente no Timor-Leste.

Segundo o Programa Mundial de Alimentação (PAM), a proporção de fome em Timor-Leste foi reduzida de 46.9 por cento para 34.3 por cento nas últimas décadas. Porém, o Índice de Fome Global de 2017 indica que o atual nível da fome no país é sério e alarmante. Estima-se que, com 41.8 por cento das populações

vivem menos de 1 dólar e 54 centavos por dia. O PAM destaca ainda que, a habilidade das pessoas de consumir alimentos nutrientes suficientes é limitado pela pobreza extrema e falta de alimentos disponíveis. As dificuldades enfrentadas estão associadas à acesso ao mercado, baixa produtividade agrícola e a mudança climática. Além disso, níveis de malnutrição permanecem preocupantemente altos e a desnutrição afeta 53 por cento dos homens e 47 por cento das mulheres.

Para tal, o problema que incentiva esta pesquisa está relacionada a: Quais fatores provocam a diminuição da disponibilidade de alimentos em termos da produção no Timor-Leste?

Percebe-se que os governos são responsáveis pela implementação de políticas públicas, analisa-se cuidadosamente suas ações na melhoria da produtividade alimentar e seus esforços ao longo desses anos.

O marco temporal para este estudo é de 2002 - 2017.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar as principais problemas da produção de alimentos no Timor-Leste. Para realizar esse objetivo, são elencados os seguintes objetivos específicos, que estão relacionados aos três capítulos. 1) Apresentar problemas de escassez de alimentos; 2) Examinar os fatores internos e externos que contribuem para a escassez de alimentos; 3) Suscitar possíveis alternativas para vencer obstáculos e garantir Segurança Alimentar e Nutricional.

Nos quinze anos desde a sua independência, o que chama atenção é a precariedade de alimentos em termos de produção no território timorense. Portanto, este trabalho é uma pequena contribuição para o entendimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e do estágio de desenvolvimento do país em que cada ano a alocação do orçamento de Estado cada vez com montantes superiores, todavia, o resultado de produção de alimentos retira-se do nível esperado.

A metodologia utilizada nesta monografia é qualitativa, descritiva e exploratória. A partir do exame de documentos publicados das ações dos responsáveis é possível estabelecer conexões entre a disponibilidade de alimentos e a Segurança Alimentar e Nutricional. Para responder à pergunta da pesquisa, como também para concretizar o objetivo, serão utilizadas artigos, jornais, livros, páginas oficiais das instituições de Estado, ONG nacional e os relatórios finais de cada governo desde 2002 a 2017 (do Primeiro Governo Constitucional até o término do

Sexto Governo Constitucional). Sendo que a maioria dos documentos são de origem estrangeira, cuja tradução, em caráter não oficial é de responsabilidade do autor.

A estrutura do trabalho compõe-se em três capítulos, sendo que o primeiro trata das características dos problemas que Timor-Leste enfrenta, principalmente os relacionados produtos alimentícios produzidos internamente.

No segundo capítulo, procura-se entender os fatores externos e internos que contribuem para a escassez de alimentos no país. Além de apresentar os fatores, examinar os esforços dos governos são indispensáveis para entender a causa maior.

Ao apresentar os problemas que Timor-Leste enfrenta, o terceiro capítulo pretende levantar as alternativas para melhorar a produção alimentar, considerando a disponibilidade de alimentos como dimensão primária da Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, os capítulos estabelecem as relações entre a dimensão de produção da SAN, elucidando assim o problema que o país enfrenta.

1. PROBLEMAS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SUA DISPONIBILIDADE NO TIMOR-LESTE

1.1. Considerações Preliminares

Tendo em vista os níveis alarmantes da malnutrição e insegurança alimentar no Timor Leste, apresentados na introdução, o objetivo deste capítulo é apresentar os principais problemas da produção de alimentos que o país enfrenta, principalmente os produtos comumente produzidos que garantem decisivamente a Segurança Alimentar e Nutricional. Considerando a produção de alimentos como fonte primária da dimensão da SAN, este capítulo tem o intuito de apresentar a escassez de alimentos que se encontra no país com o atual nível de produtividade da produção.

O capítulo está estruturado em duas seções. A primeira trata-se de conceitos relacionadas à fome, que vão aparecer no decorrer da monografia, que são: a disponibilidade de alimentos e a produção. A segunda dedica-se ao contexto da precariedade de alimentos no território timorense.

Nesse sentido, identifica-se na imagem a localização geográfica de Timor e seu limites territoriais. Essa imagem servirá como base para entender os elementos dos fatores internos e externos que serão discutidos no segundo capítulo.

Imagem 1. Mapa de Timor-Leste



Fonte: Mapas de Timor-Leste

1.2. Produção, disponibilidade de alimentos e fome

A alimentação é considerada como fonte de sobrevivência dos seres humanos. Para se alimentar bem, é imprescindível o acesso de qualidade e quantidade para nutrir os principais órgãos do corpo humano. Nesse sentido, a produção de alimentos e suas disponibilidades são considerados primordiais para que a alimentação adequada com nutrição aconteça. Senão, pelo contrário, a fome predomina.

Dada atenção a essa, Josué de Castro¹ afirma,

O organismo humano é uma máquina muito semelhante aos maquinismos fabricados. Qualquer trabalho que realiza é sempre o resultado de uma transformação de energia que se processa na intimidade de seu complicado mecanismo. O combustível que a máquina humana utiliza é o alimento, o qual, queimado no motor humano, fornece a energia necessária ao seu funcionamento vital, tal qual o carvão-de-pedra ou o petróleo, quando queimado nas máquinas de combustão (CASTRO, 1968, p. 79-80).

Castro (1968, p. 80) enfatiza ainda que, a alimentação, para ser racional, deve ser suficiente e completa, isto é, deve fornecer ao organismo o total de energia de que ele necessita e o total das variadas substâncias, como princípios essenciais da nutrição- indispensáveis ao seu equilíbrio material.

Segundo Scialabba (2011), a disponibilidade de alimentos é definida como quantidade suficiente de alimentos de qualidade apropriada para o acesso, fornecidos através de produção doméstica ou importações, incluindo ajuda alimentar. A autora destaca, num contexto de economia verde², que a disponibilidade de alimentos está intimamente ligada a disponibilidade e uso dos recursos naturais, humanos e econômicos de forma adequada para o bem estar.

¹ Josué Apolônio de Castro foi o importante intelectual brasileiro do século XX. Sua contribuição para o contexto da fome levou-lhe a ser Presidente do Conselho da Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A extensa publicação de livros e artigos sobre o problema da fome no mundo, contribuiu decisivamente para a sensibilização da comunidade internacional sobre o assunto da fome. Considerado como influente médico, nutrólogo, professor geógrafo, cientista social e política é também conhecido como escritor e ativista do combate à fome.

² A Economia Verde é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma ou UNEP, em inglês) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica". Ela tem três características principais: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.

Ao contrário da disponibilidade de alimentos, a precariedade da quantidade de alimentos disponíveis para ingestão ou a baixa qualidade leva consigo efeito negativo, considera-se fome. Concorde-se que o conceito da fome em si tem seus significados variados. Como argumenta Jonsson (1981, p. 50) existe uma distinção entre o nome e o que é denominado. Além do mais, traduzido em outros idiomas, “fome” pode significar muitas coisas diferentes. É importante, portanto, definir o uso da palavra. O autor ressalta que o indivíduo pode ou não reconhecer a fome. Algumas pessoas afetadas pela fome se sentem famintas, outras não, porque se adaptam a uma ingestão alimentar mais baixa, reduzindo assim a atividade física. Em outros casos, uma falta de nutrientes específicos pode causar uma fome que não é sentida pelo indivíduo (desnutrição ou fome oculta).

Jonsson (1981, p. 51) alega que,

A fome está intimamente relacionada à pobreza. Em verdade, a pobreza pode frequentemente ser medida pela prevalência da fome. Mas fome não é equivalente a pobreza, na medida em que em alguns países as pessoas são pobres, mas não famintas. Ao mesmo tempo, pobreza é muito mais que fome, tendo em vista que em alguns países as pessoas não só passam fome como também são privadas da maioria de seus direitos humanos (apud WHYTE, 1972, p. 54; MYRDAL, 1968).

De acordo com Jonsson (1981), a fome é um assunto específico que só o corpo humano reage a isso, na medida em que os alimentos ingeridos não forem suficientes. O autor constata que há uma vasta interpretação na estrutura econômica, política e ideológica³ sobre a fome.

Para Castro (1968), a fome é uma ameaça para a sobrevivência da raça humana. Ele afirma com determinação que,

Constitui a luta contra a fome uma espécie de guerra-fria que ameaça congelar toda a vitalidade de nossa civilização, se não formos capazes de vencê-la com determinação (CASTRO, 1968, p. 57).

Observa-se que o estudo sobre a fome tinha mostrado constante preocupação com a sobrevivência da vida humana. Os estudiosos renomados como Josué de Castro e os neomalthusianos⁴ defendem diferentes visões sobre os

³ Estrutura econômica de uma sociedade: modo de produção. Estrutura de poder : O Estado, Militares, Polícia, Justiça; Ideologia: opiniões, concepções, religião e moral.

⁴ Seguidores do Thomas Malthus. Thomas Robert Malthus economista inglês, célebre do século XVIII, na sua obra AN ESSAY ON THE PRINCIPLE OF POPULATION de 1798, Malthus observou

principais problemas relacionados à fome em nível global, bem como discutem entre si suas causas que assolam a vida humana em diferentes dimensões (produção, disponibilidade, utilização, acesso econômico e físico e distribuição).

Ao apresentar elementos relacionados à produção, disponibilidade de alimentos e fome, a seção seguinte apresentará os indicadores dos níveis da produção de alimentos e suas disponibilidades no Timor-Leste.

1.3. Contexto da produção de alimentos e sua disponibilidade no Timor-Leste

A produção e disponibilidade de alimentos são fontes de fundamental importância para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional. Para um determinado povo, a cultura de dieta alimentar é considerada como identidade que não se pode separar. Antes de o Timor Leste se tornar independente, os povos nativos sobreviviam com produtos produzidos internamente por séculos. As constantes intervenções das potências estrangeiras de certa forma não mudaram as dietas alimentares dos timorenses.

Após a independência, os produtos de grande importância que sustentaram e ainda sustentam a sobrevivência dos timorenses atingem níveis alarmantes. Nesse caso, considerado como ameaça e torna-se problema a SAN e para a maioria dos timorenses dependentes da produção agrícola para sobreviver.

O objetivo principal desta seção do capítulo é apresentar os problemas que o Timor-Leste enfrenta, principalmente os produtos alimentícios produzidas internamente e suas disponibilidades, que são considerados como dimensão primária da SAN. Os produtos serão mostrados em gráficos, de forma a compreender cada produto e suas disponibilidades de acordo com delimitação temporal definida. Apesar de este estudo ter delimitação temporal de 2002 a 2017, os dados disponíveis sobre cada produto produzido no país vão somente até 2016.

que um aumento na produção de alimentos de uma nação melhorou o bem-estar da população, mas a melhoria é temporária porque levou ao crescimento populacional. Em outras palavras, a humanidade tinha propensão a utilizar a abundância para o crescimento da população, em vez de manter um alto padrão de vida.

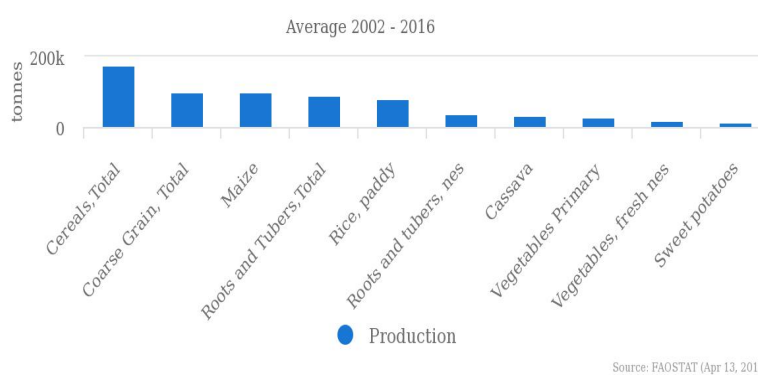
A obra previu um futuro sombrio, uma vez que a população aumentaria geometricamente, dobrando a cada 25 anos, mas a produção de alimentos só cresceria aritmeticamente, resultando daí o impasse de uma produção irremediavelmente insuficiente para as necessidade das populações, o que resultaria em fome, a menos que as taxas de natalidade fossem controlados. Para o texto completo, Disponível em <<http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2018.

Nesse sentido, os comentários a respeito do ano de 2017 para cada gráfico serão analisados de forma cuidadosa.

No gráfico 1, pode-se observar os produtos mais produzidos no Timor-Leste. Os mesmos são considerados como fontes de sobrevivência, bem como a dieta alimentar dos timorenses. A produção de alimentos consumidos diariamente, são: Cereais (arroz), grãos (principalmente as leguminosas, como; lentilha, feijão rajado, feijão branco, feijão preto, amendoim, ervilha, entre outros), milho, raízes e tubérculos, mandioca, vegetais primários, vegetais livres e batata-doce.

Neste mesmo gráfico, pode-se notar que os dados mostram em prefixo métrico (K=Kilo) para totalizar toneladas dos produtos. Todos eles estão abaixo da média de 200.000 ton (duzentos mil toneladas) desde 2002 a 2016. Isso mostra que os principais produtos têm produtividade com estimativa abaixo da média dos rendimentos de colheita em comparação com o padrão regional. Como por exemplo os rendimentos de milho, que permanecem abaixo de 2 ton/ha (dois toneladas por hectare), comparado com 4 ton/ha ou mais em Nações do Sudeste Asiático. Outro exemplo, os rendimentos de arroz são igualmente baixos, de 3 ton/ha no Timor Leste, comparado com 5 ton/ha na Indonésia. A produção de batata-doce e mandioca também são baixos (LOPES; NEBITT. 2012, p. 15).

Gráfico 1. Produtos mais produzidas no Timor-Leste

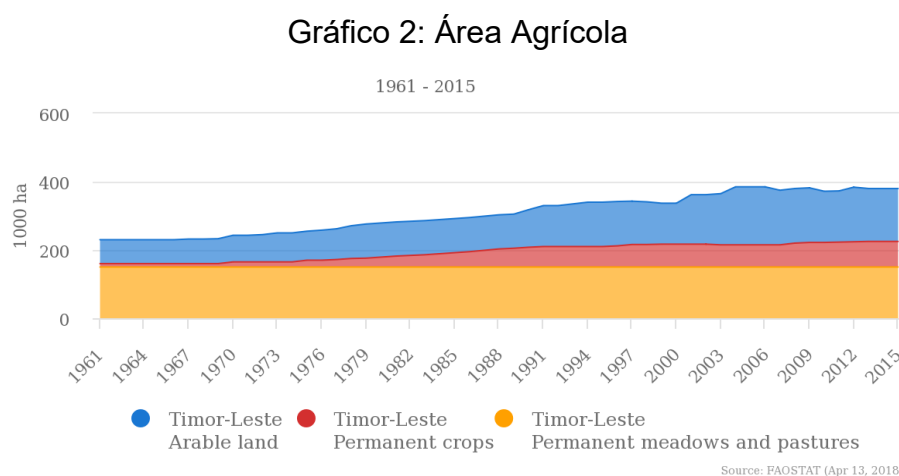


Fonte: FAOSTAT, Data Timor-Leste

Segundo Lopes et al (2012, p. 12), a estimativa de que o Timor-Leste possui apenas 40% (600.000 hectares) de terra é adequada para a produção agrícola e pecuária (apud FAO 2011a). Devido a natureza montanhosa do país, os solos das

encostas são rasos e rochosos, com os nutrientes lixiviados. Ele sublinha que alguns solos aluviais mais férteis estão localizados nos vales e ao longo das costas norte e sul, mas estes são geralmente pequenos na área. Nesse sentido, o gráfico 2 tem o objetivo de mostrar áreas agrícolas no Timor-Leste para analisar a atual situação que Timor-Leste enfrenta e sua produtividade.

No gráfico 2, pode-se observar que a safra permanente da produção agrícola para produção de alimentos permanecem intactos de 200.000 mil hectares a partir de 1991 até 2015. No mesmo gráfico, percebe-se que áreas aráveis para produção agrícola tem maior disponibilidade comparando com safra anual. Ou seja, quase mais de dobro comparando com atual áreas cultivadas. Se analisar de forma realística, o aumento da produção nas terras aráveis, provavelmente que aumente a produção de produtos elencados no gráfico 1.



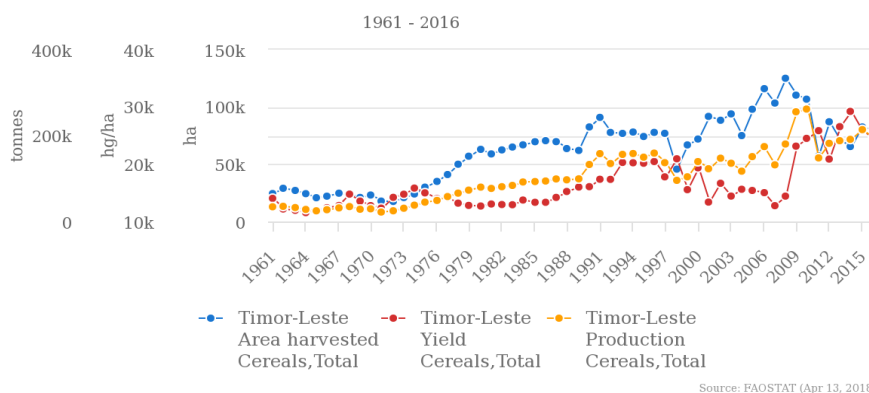
Fonte: FAOSTAT, Country Indicators Timor-Leste

Para entender mais sobre os problemas que o Timor-Leste enfrenta em termos de produção, os próximos gráficos apresentam detalhadamente a produtividade de cada produto apresentado no gráfico 1. Dessa forma, começa-se com o produto mais produzido, em sequência os demais produtos.

O gráfico 3 versa sobre a produção de cereais. Considerado como produto de grande relevância na dieta alimentar dos timorenses, de forma geral, houve um aumento significativo, tanto na produção e no rendimento como também nas áreas de colheita a partir de 2004 até 2010. Depois de 2010, quedas abruptas na produção, nas áreas de colheita e no rendimento permaneceram decrescidos iguais

aos anos de 1990, período da ocupação da Indonésia. Mesmo com significativa melhoria no rendimento, nos últimos anos, especialmente 2015 e 2016, houve retrocessos.

Gráfico 3. Produção Total de Cereais



Fonte: FAOSTAT, Country Indicators Timor-Leste

Lembrando que, o gráfico 3 inclui todos os tipos de produtos cereais, inclusive grãos e arroz.

Equivalente ao gráfico 3, no gráfico 4 a colheita de arroz obteve bom resultado somente a partir dos finais de 2004 até o início de 2009. Desde então, ambos cultivo e colheita despencaram juntos vertiginosamente. De acordo com Lopes et al (2012), a produção de arroz no Timor-Leste está abaixo da média regional que são 5 ton/ha (toneladas por hectare). Segundo ele, a atual produtividade no país está entre 3 ton/ha, o que significa um desafio para abastecer toda a população, que cada vez mais cresce.

O gráfico 4 mostra o resultado contrariando o que a meta do governo havia programado para melhorar a produtividade do setor de agricultura, particularmente a produção de arroz. As metas para curto e médio prazo, estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030, como guia para o desenvolvimento nacional, não foram alcançadas. Como, por exemplo, para o curto prazo, o governo comprometeu-se em aumentar campos de arroz irrigados para 63.815 hectares para 2015, e para o médio prazo 70.000 hectares para 2020. No entanto, os mesmos não obtiveram os resultados prometido. Mesmo com

significativa melhoria na produção, áreas de colheita encontram-se em níveis baixos (PED, 2011, p. 145).

Gráfico 4. Produção / Produz quantidades de Arrozais no Timor-Leste



Fonte: FAOSTAT, Data Timor-Leste

Considerado como uma alimentação de primeira preferência, arroz tem sua importância maior na dieta alimentar do povo. Para os timorenses, não comer arroz parece-se com não comer nada. De acordo com Wang (2012),

O arroz era parte integrante da dieta timorense e, para muitos cidadãos, uma refeição sem o arroz não era considerada uma refeição adequada. Embora os timorenses tenham comido mandioca, batata, batata doce, inhame e milho, se as famílias pudessem comprar arroz, essa era sempre a sua primeira preferência (WANG, 2012, p. 3. Tradução nossa).

A maior parte do arroz é de várzea e apenas pequenas áreas de arroz de sequeiro são semeadas. Se os tratores estiverem indisponíveis, de forma tradicional usam-se búfalos para arar campos de arroz.

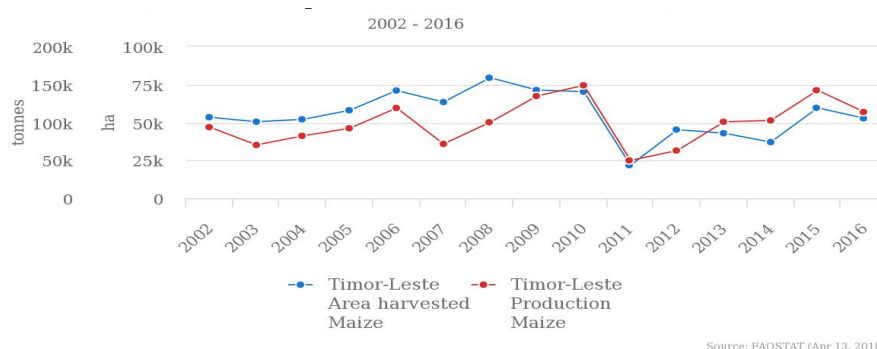
Além do arroz, o milho é a cultura de cereais dominante nas áreas de terras altas de Timor-Leste, com mais de 80% dos agricultores a cultivar algum milho. A maioria das comunidades rurais nas áreas de terra firme depende do milho como cultura básica de cereais, crescendo uma safra por ano durante a estação chuvosa. Nessas áreas, o milho é normalmente armazenado na espiga, pendurado em uma árvore ou acima de uma cozinha. O modelo tradicional de preservar para o consumo de sementes no período da estação seca (GUTERRES, 2006, p. 1).

Considerado como alimentação de fundamental importância, a produção de milho não obteve aumento significativo durante o processo de desenvolvimento.

No gráfico 5, nota-se que, em 2002, ambas áreas de colheita e produção estiveram no mesmo nível. As áreas de colheita, por exemplo, estavam na linha de 50.000 hectares, e a produção em 100.000 toneladas. O mesmo evento ocorre em meados de 2016. Apesar de aumentos ligeiros em 2006 e 2008, tanto colheita quanto produção encontravam-se em queda significativa em 2011. Neste ano, as quedas duplicaram. Áreas de colheita, por exemplo, encontravam-se em nível de 25.000 hectares e a produção em 50.000 toneladas. Isso mostra que terras aráveis estão deixados cada vez mais.

O registro de maior crescimento de ambos (áreas de colheita e produção) foram somente em 2010, de aproximadamente 75.000 hectares para áreas de colheita e 150.000 toneladas para produção. Todas essas dinâmicas são consideradas abaixo da média.

Gráfico 5: Quantidades de produção / rendimento de milho no Timor-Leste



Fonte: FAOSTAT, Data Timor-Leste

A maior parte do milho é cultivada durante a principal estação chuvosa, de dezembro a fevereiro, mas aproximadamente 6.000 hectares fornecem uma segunda safra (de maio a julho). A maioria dos agricultores produzem somente uma vez ao ano. O milho é considerado como o produto mais cultivado pelas famílias timorenses (cerca de 80% das famílias), e o resultado de ambas as áreas de colheita e produção não obtiveram avanços (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2012, p. 13). Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, para o curto prazo, o ideal era aumentar as áreas de colheita de milho para 80.494 hectares em 2015 com o objetivo de aumentar a produção, no entanto o mesmo não aconteceu. E está muito longe de acontecer para a meta de 2020 de aumentar até 83.169 hectares.

Para além dos principais produtos mencionados como arroz e milho, os produtos suplementos no período da fome⁵, são; raízes e tubérculos; batatas, e produtos hortícolas frescos. São considerados as principais fontes de alimentação ao lado de arroz e do milho. Os produtos vegetais e hortaliças são comumente consumidos pelos timorenses todos os dias como prato principal para as famílias de renda média baixa e os considerados mais carentes.

No gráfico 6, observa-se o crescente progresso na produção e no rendimento do setor de horticultura. Considerado como o único setor que obtém sucesso, o ritmo de crescimento é progressivo. De 2002 até 2016, os resultados de ambas as áreas de colheita e produção resultando de forma linear ao longo do tempo. Nota-se, no gráfico 6, em 2002, áreas de colheita está em 7.000 hectares, produção um pouco acima de 15.000 toneladas. Em 2016, ambos encontram-se em crescimento. Áreas como a de colheita, por exemplo, estão quase alcançando 8.000 hectares, e a produção encontra-se em quase 25.000 toneladas dos produtos hortícolas.

Gráfico 6: Quantidades de produção / rendimento de produtos hortícolas frescos no



Fonte: FAOSTAT, Data Timor-Leste

Mesmo com ligeira queda em 2013 para 2014 das áreas de colheita e produção, há sinais de recuperação e crescimento em 2015 e 2016.

Para além de produtos hortícolas, a batata doce é considerada como a fonte primária da dieta alimentar dos timorenses. Comumente consumida no período da

⁵ No Timor-Leste, o período de Novembro a Março é considerado como estação ou período de fome, pois no período de verão quase não cultiva nada devido a estação seca.

manhã (café da manhã) e à tarde (merenda) em substituição ao pão. A preferência é considerada como cultura alimentar deixada pelos antepassados, como fonte de alimentação primário. Os resultados da produção e colheita, nos últimos anos mostraram quedas constantes, o que ameaça a dieta alimentar orgânica.

No gráfico 7 é notável o estado das áreas de colheita e da produção de batata doce. A princípio, a estabilidade de (áreas de colheita e da produção) em 2002 até meados 2005, os resultados são considerados adequados da disponibilidade de batata-doce. As áreas de colheita por exemplo, está quase alcançando o patamar dos 7,5.000 hectares e a produção encontra-se no nível de quase 30.000 toneladas. Entretanto, em meados de 2005 ocorrem quedas significativas, triplicando em comparação com números anteriores de 2002 a 2005. Desde então, as quedas continuam se agravando até 2016 com as áreas de colheita para aproximadamente 2.000 hectares e para produção mais ou menos 5.000 toneladas.

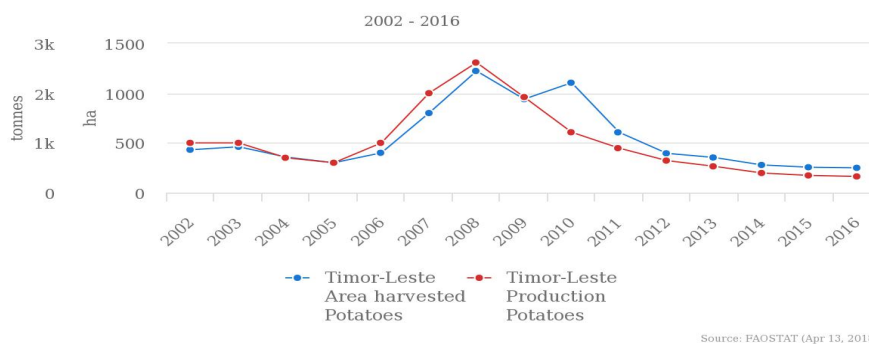
Gráfico 7: Quantidade de produção / rendimento de batata doce no Timor-Leste



Fonte: FAOSTAT, Data Timor-Leste

Tendo o mesmo uso como batata doce, a batata tem outras variedades e funções para o consumo. No gráfico 8, constata-se que, de 2002 a 2005, áreas de colheita e produção estão no mesmo nível. Áreas de colheita, por exemplo, estão em torno de 5.000 hectares, e a produção está por volta de 1.000 toneladas. No começo de 2005 houve aumento considerável até 2008 em torno de 1.225 hectares e a produção por volta de 2.000 toneladas. Considerado como único registro de crescimento expressivo de batatas. Nos anos seguintes, as quedas abruptas encontram-se de forma exponencial até 2016 por volta de 200 hectares para áreas de colheita e em torno de 400 toneladas na produção.

Gráfico 8: Quantidade de produção / rendimento de batatas no Timor-Leste



Fonte: FAOSTAT, Data Timor-Leste

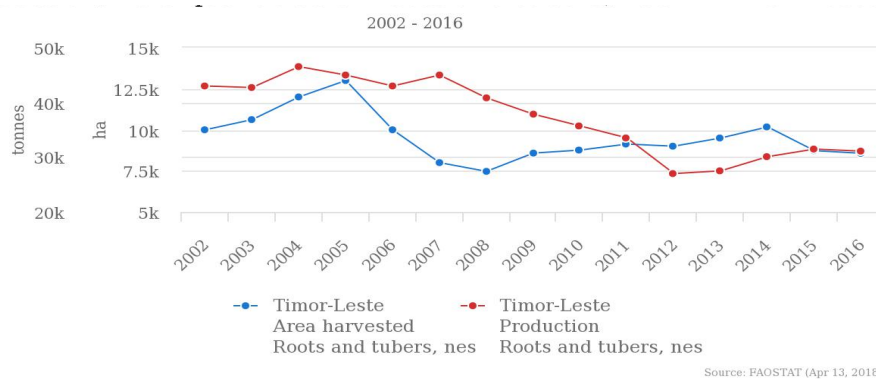
Em comparação, 2016 está piorando que 2002. É problema sério, ao mesmo tempo agravante.

Ademais das batatas, raízes e tubérculos são classificados como fontes primárias de consumo dos timorenses. São produtos considerados ricos em nutrientes, pois raízes e tubérculos fornecem energia, vitaminas, minerais e substâncias para o bom funcionamento dos órgãos do corpo humano. Esses produtos contribuem efetivamente para dieta alimentar. Os mesmos estão em decadência. Atenta-se, no gráfico 9, de forma geral, que as áreas de colheita e produção encontram-se em quedas a partir de 2005. A diferença somente na produtividade e áreas de colheita. Em 2002, produção é considerado maior com produtividade elevada entre 44.000 toneladas até 2007. Enquanto áreas de colheita, o maior registro de progresso foi somente em 2005 com aproximadamente 12,5.000 hectares. Nos anos seguintes, as quedas ocupam maior espaço.

Em 2011, a posição de áreas de colheita e produção foram invertidos. Ou seja, a produção cai enquanto áreas de colheita aumentaram em 2011. Este processo ainda permanece, até 2015 e 2016 ambos se encontram de forma equilibrada. Expressa-se que não houve produtividade.

O registro de 2016 aponta que as áreas de colheita se encontra em torno de 8.000 hectares e a produção aproximadamente 30.000 toneladas.

Gráfico 9 : Quantidades de produção / rendimento de raízes e tubérculos no Timor-Leste



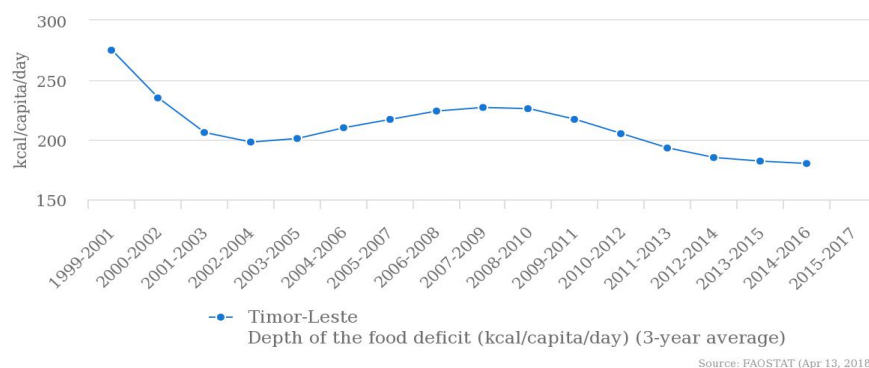
Fonte: FAOSTAT, Timor-Leste

Como se constata no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, para tornar o Timor-Leste auto suficiente, através do aumento de áreas de colheita para raízes e tubérculos em médio prazo para 8.943 hectares em 2015, de certa forma os governos conseguiram. Contudo, comparando com anos anteriores, áreas de colheita e produção já foram maiores que em 2015 e 2016. As diminuições dos produtos consumidas diariamente, como mostrado nos gráficos anteriores, resulta em uma grande profundidade do déficit alimentar dos timorenses em termos de ingestão diária suficiente de calorias e nutrientes.

Atenta-se, no gráfico 10, à profundidade do déficit alimentar devido a indisponibilidade de produtos para alimentação, que leva consigo consequências negativas para dieta alimentar dos timorenses. A deficiência de calorias ingeridas por dia, e por pessoa está deteriorando, segundo a metodologia ⁶usada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

⁶ FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO METHODOLOGY FOR THE MEASUREMENT OF FOOD DEPRIVATION: Updating the minimum dietary energy requirements. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/metadata/undernourishment_methodology.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

Gráfico 10- Profundidade do déficit alimentar (kcal / capita / dia) (média de 3 anos)



Fonte: FAOSTAT, Country Indicators Timor-Leste

Visto os indicadores e estágios de produção em que Timor-Leste se situa, é possível observar que as deteriorações dos produtos alimentares no país afeta negativamente a Segurança Alimentar e Nutricional.

Por conseguinte, o próximo capítulo abordará os fatores internos e externos que contribuem decisivamente para o agravamento da produção e suas disponibilidades como dimensão primária da Segurança Alimentar e Nutricional. Para responder os problemas de escassez de alimentos em termos de produção apresentados neste primeiro capítulo, examina-se a atuação do Estado timorense como entidade que possui responsabilidade maior de promover o acesso ao alimento de qualidade e quantidade aos cidadãos.

2. OS FATORES EXTERNOS E INTERNOS QUE CONTRIBUEM PARA A ESCASSEZ DE ALIMENTOS NO TIMOR-LESTE

2.1. Considerações Preliminares

O presente capítulo tem o objetivo de expor os fatores externos e internos que contribuem para o agravamento da produção de alimentos no Timor-Leste. Para encontrar os fatores causadores, tanto internos como externos, tenta-se compreender a separação entre os dois fatores. Para este capítulo, o fator interno percebe-se como o fator que afeta diretamente os agricultores. Como por exemplo, a produção agrícola é afetada diretamente pelos insumos usados na agricultura. Os insumos incluem uma série de fatores, como do trabalho, da terra e do capital, como sementes, água, fertilizantes e ferramentas. Devido ao conhecimento do nível macro desse fator, não serão analisados detalhadamente questões técnicas.

Para o fator externo, compreende-se como o fator que está além do controle dos agricultores e formuladores de políticas públicas, mas que podem ter impacto na produção agrícola. Tal fator pode incluir, por exemplo, o clima, os preços do mercado mundial e da produtividade de produtos agrícolas no nível regional.

Para além de expor fatores internos e externos, serão abordadas as ações dos governos pela implementação dos projetos. A partir dos exames das atividades dos governos, será possível notar quais são as prioridades adotadas por eles. Do mesmo modo, como governos são encarregados do desenvolvimento do setor agrícola é inevitável avaliar com rigor os gastos da despesa nacional e as alocações para o Ministério da Agricultura e Pescas para entender a causa maior.

2.2. Fatores externos que contribuem para o agravamento da produção de alimentos no país

Timor-Leste como país insular, rodeado pelos maiores produtores de alimentos, conseqüentemente contribue para a dependência de importação para o consumo, devido aos baixos preços do mercado mundial. De certa forma, a conjuntura global e regional favorecem o agravamento da produtividade de alimentos no país. O outro fator externo que não se consegue controlar pelos agricultores e tomadores de decisão de políticas públicas é o clima. A mudança climática tem

afetado ultimamente os países insulares, inclusive Timor-Leste no início deste século.

De acordo com Lundahl et al (2012, p. 12),

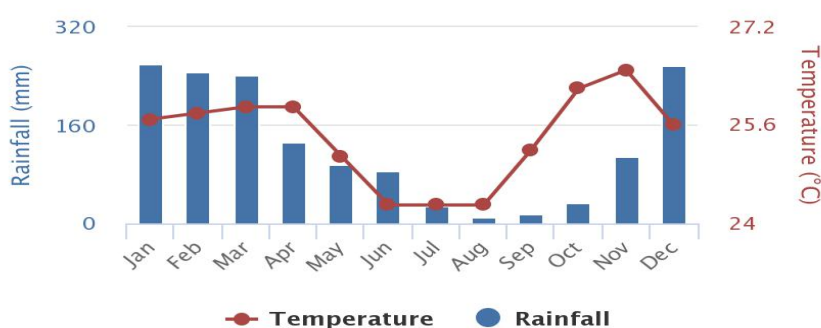
[...] parte fértil do Sudeste Asiático termina em algum lugar depois de Bali, e a parte oriental do arquipélago é caracterizada por um clima que não é ideal para a agricultura. O problema é melhor descrito como uma chuva muito pequena ou muito irregular e terra com encostas íngremes e baixa fertilidade (LUNDAHL, et al. 2012, tradução nossa).

O autor argumenta que partes do sudeste da Ásia estão entre as áreas mais férteis do planeta. Mas, infelizmente, Timor-Leste não é um desses lugares.

Uma das causas principais é a seca prolongada durante o ano, que certamente dificulta o cultivo. Segundo o estudo do Banco Mundial (1991-2015), durante o ano, a intensidade alta de chuva ocorre somente em dezembro com 257.1 mm (milímetro), janeiro 260.8 mm, fevereiro 246.1 mm e em março 241.9 mm (THE WORLD BANK, 2018). Esse período, para os agricultores e dependentes do setor agrícola, é considerado como época de abastecer o estoque para o verão inteiro que prolonga aproximadamente oito meses.

Entretanto, a partir de abril até meados de novembro são considerados meses de pouca chuva. Observa-se no gráfico 11 a seguir, a variação de chuva e temperatura média no Timor-Leste é considerado irregular e desigual. No começo de julho no entanto, a intensidade de chuva diminui e a temperatura aumenta significativamente durante todo o verão.

Gráfico 11. Temperatura Média Mensal e Precipitação para Timor-Leste de 1991-2015



Fonte: Climate Change Knowledge Portal/ World Bank.

Relativamente ao gráfico 11, Lundahl et al (2012) salienta que o clima em Timor-Leste é um clima típico de monções, com uma estação chuvosa que se estende de cerca de dezembro a março e uma estação seca de maio a outubro, mas com variações geográficas locais. A precipitação anual varia entre 500 e 1.500 mm no norte relativamente seco e acima de 2.000 mm no sul relativamente úmido. As variações locais nas chuvas são comuns, uma vez que Timor-Leste é ecologicamente diverso por ser um país relativamente pequeno (apud Fox, 2001, p. 155).

O autor reforça, tais secas regulares ocorrem aproximadamente a cada quatro anos. Em seguida, a precipitação não é apenas reduzida em até 50%, mas a seca também atrasa a estação chuvosa em dois a três meses, o que causa mais dificuldades para a agricultura. O desenvolvimento de recursos hídricos superficiais é desafiado pela acentuada topografia de captação, geologia cárstica, práticas de uso da terra, clima úmido e tropical de monções e escoamento variável que transporta grandes volumes de sedimentos, especialmente durante enchentes (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 2).

Segundo o estudo feito pelo Governo Australiano (2011), as implicações das mudanças climáticas para a segurança alimentar são notáveis principalmente nos países pacíficos. O estudo aponta que, mudanças nos regimes de temperatura e precipitação (cerca de 70% da área agrícola do Pacífico é fortemente dependente das chuvas sazonais), alterações na temperatura média e de pico, perda de recursos genéticos e agrobiodiversidade, aumento da salinização, desastres naturais mais intensos relacionados ao clima, e mudanças nos regimes de doenças e pragas poderiam ter repercussões significativas para a produção agrícola.

O mesmo documento observa,

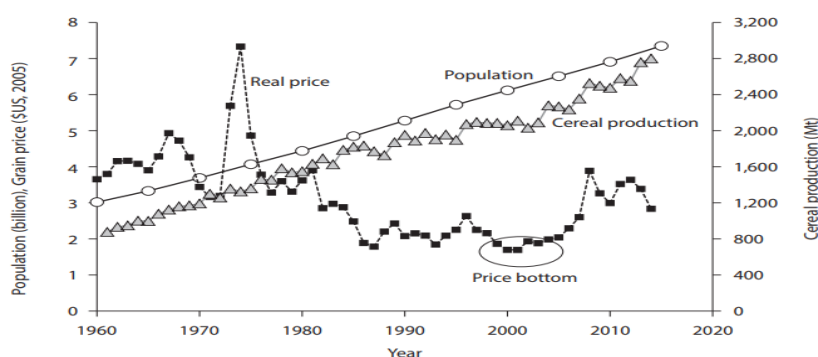
Sob a maioria das projeções de mudanças climáticas, a intensidade dos eventos climáticos extremos aumenta [...] sem dúvida, os riscos de perdas de colheitas e perdas de produção de alimentos também aumentar. (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2011. P. 37. Tradução nossa).

A resposta preliminar que possa responder os problemas da escassez de alimentos no Timor-Leste sob visão climática, como exposto acima, possa ser causa principal da deterioração da produção no país. No fator externo não deve-se

somente analisar o clima de forma isolada. O preço do mercado internacional e a produtividade alimentar também são importantes de serem examinados.

O preço da produção alimentar mundial, por exemplo, arroz, que Timor-Leste mais importa, em nível mundial está muito baixo comparando com a produção internamente. Nota-se, na imagem 2, que a produção de cereais aumentou significativamente de forma linear a partir de 1960 até 2015. Na mesma imagem contempla-se que, enquanto produção de cereais aumenta, o preço fica cada vez mais barato no mercado internacional.

Imagem 2. Preço mundial de cereais e Produção de cereais (todos os cereais)



Fonte: FISCHER (2016, p. 12).

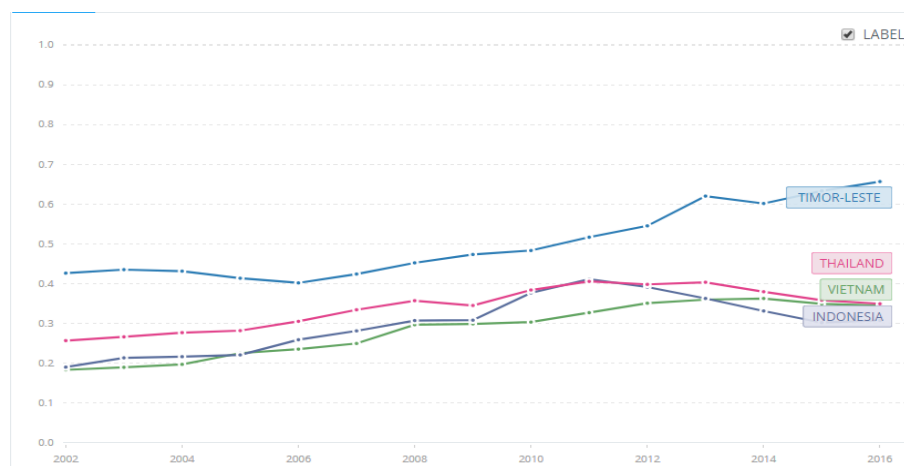
A acessibilidade do preço de commodities no mercado internacional incentiva os governos a importarem mais, comercializados internamente com preços abaixo da produção interna. Consequência da desvalorização do produto local dificulta os produtores locais a ganharem espaço no mercado nacional com preços justos.

A prática do mercado livre sem criar condições para incentivar os produtores a manter o seu trabalho provoca uma maior deterioração na produção. Em nível de preços no mercado internacional, compreende-se na imagem 3, que o poder de compra de Timor-Leste⁷ está acima dos países considerados maiores produtores de produtos alimentícios regionalmente. Portanto, importar é considerado mais viável para abastecer a demanda interna. Entretanto, devido à precariedade de dados disponíveis, as análises a respeito da política macroeconômica como preços internos

⁷ Atualmente a moeda principal do Timor-Leste é dólar dos Estados Unidos da América.

e externo, taxas de câmbio, poder de compra de moeda e o comportamento de Balanço de Pagamentos não serão analisadas.

Imagem 3. Nível de preços do fator da Paridade Poder de Compra em conversão (PIB)⁸ para a taxa de câmbio do mercado



Fonte: World Bank Data.

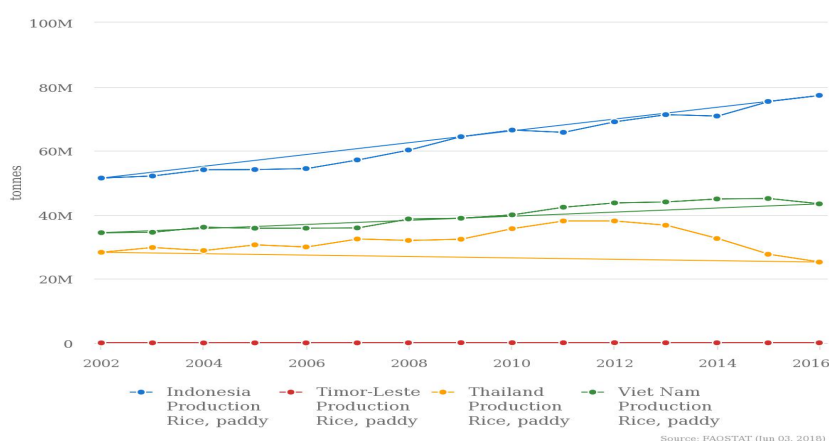
A produtividade da produção de alimentos por sua vez, regionalmente Timor-Leste está rodeado por maiores produtores dos produtos alimentícios, como por exemplo Indonésia, Tailândia e Vietnã. Contempla-se no gráfico 12, a produtividade de arroz, Timor-Leste está no nível inferior.

Entre os três maiores produtores de arroz, Indonésia lidera a maior produtividade da produção, com capacidade produtiva de aproximadamente mais de 51 mil toneladas em 2002, o mesmo aumenta de forma sequencial até 2016 com produção de quase 80 mil toneladas por ano.

O Vietnã, por conseguinte, o resultado da produção está em média de 40 mil toneladas de 2002 a 2016. A Tailândia, por sua vez, considerado como um dos maiores exportadores para Timor-Leste, a produção está por volta de 30 mil toneladas desde 2002 a 2016. Em comparação com os três maiores produtores que Timor-Leste costuma importar commodities, Timor está muito abaixo.

⁸ Segundo Banco Mundial, o PIB de Timor-Leste em 2002 era 422.517,862 milhões de dólares, em 2016 encontra-se em 1.783 bilhões de dólares. .

Gráfico 12. Produção de arroz, Timor-Leste em comparação com produtividade da Indonésia, Tailândia e Vietnã



Fonte: FAOSTAT compare Data

Os gráficos 11, 12 e imagem 2 demonstraram que os fatores externos são difíceis de ser regulados diretamente pelos agricultores e tomadores de políticas dentro do país. São fatores que afetam direta e indiretamente a produção de alimentos, e que contribuem para o agravamento da escassez de alimentos ao longo dos anos.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo está parcialmente respondido e de certa forma contribui para o objetivo geral desta monografia. No próximo passo descobrirá os fatores internos que afetam a produtividade alimentar.

2. 3. Os fatores internos que contribuem para a diminuição de produção de alimentos

O fator interno é considerado o mais difícil de ser explorado, pois agrega muitas questões técnicas para saber qual mais afeta a diminuição de alimentos no país. Com objetivo de contribuir para compreender o problema da deterioração da produção de alimentos no Timor-Leste, busca-se entender quais dos elementos do fator interno que mais contribuem decisivamente para a escassez da produção agrícola.

De acordo com Lundahl et al (2012, p. 11),

A produção agrícola é afetada pela quantidade de insumos usados na agricultura. Os insumos incluem uma série de fatores, do trabalho e da terra

ao capital, como sementes, água, fertilizantes e ferramentas (LUNDAHL et al, 2012. Tradução nossa).

Neste seguimento, tenta-se analisar a atual situação que Timor-Leste enfrenta em termos de três ângulos elencados pelo autor. Do fator trabalho, a maioria das áreas para cultivo, usando métodos de “corte e queima”, onde uma área de floresta para ser cultivado é queimada no final da estação seca. O método tradicional usado do campo é o maior desafio enfrentado pelos agricultores. A falta de mão-de-obra disponível é uma limitação para manter as ervas daninhas sob controle (LOPES; NESBITT. 2012, p. 18).

Do fator terra, as taxas de erosão natural são altas. O mesmo acontece com a taxa de desmatamento causado pelo homem e a erosão do solo. Isto é, em parte, causado pelo cultivo de “corte e queima”, que ainda é comum no país. Ainda mais importante é o efeito da extração de lenha. A demanda por lenha aumentou nos últimos anos, em parte como consequência da remoção de subsídios ao querosene. O aumento da demanda pressionou as florestas e agravou a erosão da terra, especialmente em áreas próximas às cidades e grandes vilarejos (LUNDAHL; SJÖHOLM. 2012. p. 13).

Para Lundahl et al (2012, p. 13-14), são dois tipos de capital que são de interesse na discussão do desenvolvimento agrícola. O primeiro é o capital físico, como o maquinário, e o segundo, o capital financeiro, principalmente o crédito. O uso de maquinário na agricultura, por exemplo, tratores, é extremamente limitado em Timor-Leste, em parte devido à incapacidade do agricultor de pagar pelo combustível. O cultivo é caracterizado por métodos de produção que mudaram muito pouco por várias décadas ou talvez até mesmo séculos. Nos últimos anos os governos têm se esforçado para financiar os combustíveis, no entanto, a manutenção de tais equipamentos é um problema desafiador.

Para além dos elementos dos fatores internos elencados pelo Lundahl et al (2012), Jonsson (1986, p. 57-58) por sua vez elenca cinco tipos diferentes de causas básicas da fome podem ser identificados. São elas: 1) Causas históricas; 2) Causas tecnológicas e ecológicas; 3) Causas econômicas; 4) Causas culturais e ideológicas; e 5) Estrutura do poder.

As causas históricas são entendidas do resultado do imperialismo, colonialismo, leis de herança, guerras, e entre outros. Segundo Jonsson (1986), toda sociedade tem sua história. Nesse sentido, ao longo da história Timor-Leste vivencia todas essas causas históricas. O atraso do desenvolvimento do setor de agricultura está atrelado ao período colonial (colonização Portuguesa de 1515-1974) quando os colonizadores não desenvolviam práticas de cultivo e produção. Mais tarde, no período da Segunda Guerra Mundial, marcado pela invasão australiana, logo a seguir forças japoneses também invadiram (1942-1945) durante a II Guerra, deixando a população extremamente vitimizada, ao mesmo tempo a ilha tornou o palco da disputa pela hegemonia (RÁDIO E TELEVISÃO PORTUGUESA, 2017).

Seguindo o período da Guerra Fria, na madrugada do dia 7 de dezembro de 1975, tropas indonésias, usando meios aéreos, navais e terrestres, invadiram o território timorense após dez dias da proclamação da independência pelo partido Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) em 28 de novembro de 1975. A invasão durou até 30 de agosto de 1999. A instabilidade política da conjuntura global e regional ao longo do século XX levou consigo inúmeros atrasos no setor de agricultura. No período da ocupação indonésia, com a introdução de novas técnicas de cultivo, adaptadas ao sistema da Indonésia, a produção agrícola começou a se desenvolver lentamente. Contudo, não houve aumento significativo em termos da produtividade da produção.

As causas tecnológicas e ecológicas são visíveis em Timor-Leste. Para além dos problemas especificados acima, pequenas áreas de irrigação, baixo uso de mais variedades produtivas, altos custos de mão-de-obra, baixo conhecimento de novas práticas agrícolas, chuvas variáveis e solos pobres, tudo isso favorece de alguma forma o agravamento da produção de alimentos. Essas causas são relacionadas às condições técnicas e materiais da produção (CRUZ, 2016, p. 32).

As causas econômicas estão relacionadas à propriedade, posse ou acesso aos meios de produção, divisão de trabalho, estrutura de poder, imperialismo, exploração e neocolonialismo, segundo Jonsson (1986, p. 58). Para autor, estes estão relacionados às condições sociais de produção, ou seja, estrutura econômica da sociedade. De fato, as relações de propriedade no Timor-Leste ainda são um obstáculo para o desenvolvimento do setor de cultivo. A divisão da propriedade de

terra no período colonial e a ocupação da Indonésia não favoreceu a maioria dos timorenses. A disputa constante dificulta o acesso a terra. Somente em 2017 foi aprovado unanimemente no Parlamento a proposta da lei do Regime especial sobre a Titularidade dos Bens Imóveis promulgado pelo Presidente da República de Timor-Leste no mesmo ano (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2017).

As causas culturais e ideológicas compõe ideologia, religião, opiniões, hábitos, concepções morais, crenças, leis tradicionais etc. A cultura timorense de preservar os locais sagrados e meio ambiente cada vez foi-se deteriorando devido à constante intervenção de diferentes culturas no país ao longo da história. As práticas tradicionais de pré-cultivo e pós-colheita são comumente praticados pelos timorenses como crença e hábitos de agradecer a natureza pelo resultado da produção. Respeito às leis tradicionais com tempo caiu para os patamares menores.

As causas políticas estão relacionadas à estrutura de poder, política, leis, direitos democráticos, política de emprego, política fiscal, organização, etc. Para Jonsson (1986), essas causas estão relacionados à estrutura e função do Estado. Na estrutura política interna timorense, a construção de Estado e da Nação ainda são considerados em fase de consolidação, por isso o serviço público ainda não resulta de maneira positiva.

Assim sendo, cumprir-se-á primeira seção de responder substancialmente os fatores externos e internos que contribuem para o agravamento da produção de alimentos.

Não obstante, a próxima seção abordará as ações dos governos como entidade que possui responsabilidade maior de promover às políticas públicas para agricultura e principalmente para a disponibilidade de alimentos.

2.4. O esforço do Estado e dos Governos em relação a disponibilidade de alimentos

A Restauração da Independência de Timor-Leste (20 de maio de 2002) começou com desafios imensuráveis para enfrentar. Iniciando com a construção de Estado (consolidação das instituições públicas) e a construção da Nação (unir os povos após longa resistência), Timor aderiu ao mesmo tempo o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2002.

Desde então, o assunto de Segurança Alimentar esteve sempre presente nas agendas de discussões da sociedade civil e do governo. No Primeiro Governo Constitucional a despesa orçamentária para o funcionamento da máquina do Estado era considerado menor principalmente para o Ministério de Agricultura, Florestas e Pescas. Na parte da sociedade civil, as 34 ONGs em todo território se juntaram para criar HASATIL (*Hametin Agrikultura Sustentável Timor Leste- Em tetum, Consolidar Agricultura Sustentável no Timor-Leste- Em português*)⁹ em 12 de março de 2002 com objetivo de fortalecer e promover a agricultura sustentável. Mesmo com capacidade financeira limitada os timorenses se juntaram para constituir a HASATIL como uma rede da sociedade civil espalhada em todo o território timorense financiado por doadores estrangeiras (HASATIL, 2015).

No Primeiro Governo Constitucional, entrada em vigor o Decreto Lei n.o 4 /2003 de 13 de Novembro da Orgânica do Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas (MAFP), definiu as competências atribuindo a este Ministério o desenvolvimento do setor de agricultura, pescas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, especialmente na produção de alimentos. Devido à precariedade orçamentária, o Ministério não conseguiu alcançar suas metas que foram atribuídas (RDTL, 2003).

Para impulsionar a produtividade agrícola, uma das prioridades que sustenta a materialização das metas é o capital investido nesse setor. São capitais que financiam por meio da atuação direta do setor público na produção. Para isso, é importante examinar a alocação das verbas para o Ministério da Agricultura e Pescas ao longo do período de 2002 a 2017 (até o término do Sexto Governo Constitucional). É considerado um meio para entender o conjunto maior do fator interno por meio de investigação de gastos e alocação do orçamento de cada governo para o setor agrícola.

As tabelas e os gráficos a seguir mostram as alocações dos orçamentos e gastos de cada governo ao longo desse período.

Para o início do governo de 2002 a 2006, através de dados consegue afirmar que no Primeiro Governo Constitucional (PGC) houve de fato limitação orçamentária

⁹ HASATIL é uma organização da Sociedade Civil timorense criada em 2002, que presta serviço no setor de agricultura com objetivo de promover agricultura sustentável. É composto por 34 ONGs, cujo membros espalhados em todo território nacional, 12 municípios e região autónoma de Oe-cusse). .

comparando com Quarto, Quinto e Sexto Governos Constitucionais, mas a produção e a produtividade dos alimentos são superiores como se observa nos gráficos dos produtos produzidos no capítulo primeiro.

No total da despesa de Estado para o PGC no entanto, as porcentagens dos gastos no gráfico 13, com execução em média 90% para MAFP, os resultados da produção de cereais em geral, produtos hortícolas, batata doce, milho e de raízes e tubérculos foram superiores. Ou seja, os resultados são positivos. Em comparação aos próximos governos (IV, V e VI Governos Constitucionais), com verbas maiores não conseguiram estabilizar ou aumentar do nível da produtividade. Entende-se que no PGC, os doadores internacionais (agências internacionais governamentais e não governamentais) presentes em Timor foram maiores, entretanto o governo direcionou de forma correta os apoios financeiros e técnicos vindos do exterior.

Tabela 1. Despesas alocadas para o MAFP em comparação com Despesa nacional no PGC (2002-2006) em dólares

Anos	Despesa Nacional	Despesa alocada para Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
2002-2003	\$75.656.036,00	\$1.571.200,00
2003-2004	\$80.316.078,20	\$1.644.000,00
2004-2005	\$86.962.000,00	\$1.670.000,00
2005-2006	\$142.288.000,00	\$4.981.000,00

Fonte: Elaboração do autor**¹⁰

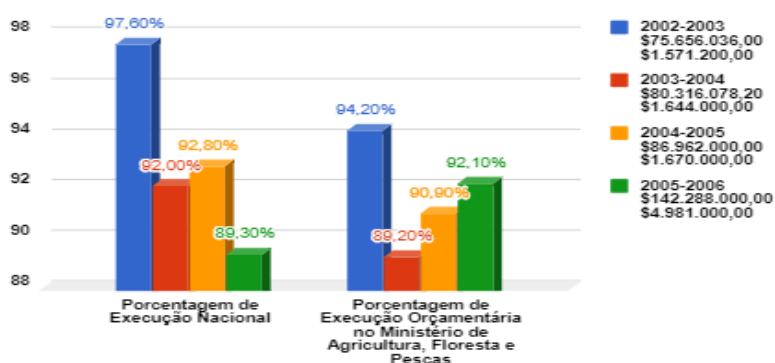
Ao longo do mandato do Primeiro Governo Constitucional o orçamento geral do Estado anual aumentou de forma linear (de \$75.656.036,00 no primeiro ano do mandato, e atinge \$142.288.000,00 do último ano do mandato), contudo, a alocação para o MAFP como instituição de fundamental relevância na disponibilidade de alimentos acomodou montante de financiamento menor em comparação com outros ministérios que existiam no momento. Como se observa na tabela 1, nos primeiros três anos do governo, o orçamento não teve aumento significativo, mesmo assim, a

¹⁰ **Elaboração de acordo com dados do Portal de Transparência do Orçamento do Ministério das Finanças de Timor-Leste. Para mais informações, visita referência bibliográfica para obter mais detalhes sobre a fonte.

produção dos produtos consumidos pelas populações aumentou de forma significativa.

Como se mostram nos gráficos do capítulo I da produção de alimentos, o PGC com limitações orçamentárias conseguiu aumentar áreas de produção e colheita dos produtos como arroz, milho, produtos hortícolas, raízes tubérculos e quantidade de arrozais, estabilizando assim a produção da batata doce e batata ao longo do mandato. O registro de maior produtividade e crescimento de quase todos os produtos somente em PGC.

Gráfico 13. Porcentagem dos gastos anuais da despesa nacional e para MAFP no PGC



Fonte: Elaboração do autor**

Apesar das despesas orçamentárias limitadas, o funcionamento das instituições funcionaram de ritmo estável. Porém, compara-se o total das despesas anuais, entre os 15 -20 instituições de Estado, a alocação do orçamento para MAFP acomodou o montante considerado mínimo em comparação com outros Ministérios.

Reconhecendo as precariedades orçamentárias, o PGC conseguiu elaborar a Política Nacional de Segurança Alimentar em 2005. Como um país recém independente, a falta dos recursos humanos dificulta o desenvolvimento da criação de políticas públicas para o setor da agricultura em curto e médio prazo. Da mesma forma, as instituições públicas receberam menos recursos para implementar seus projetos e programas. A turbulência da dinâmica política interna de certa forma não favoreceu o processo, até que em meados de 2006 a situação agravou-se, resultando o conflito armado entre os próprios timorenses. No auge dessa

instabilidade o Primeiro Ministro Mari Bin Amude Alkatiri resignou do seu cargo para impedir mais violências (RDTL, 2005).

No Segundo Governo Constitucional (SGC), o clima de tensão política aumentou cada vez mais e criou uma grande instabilidade. Nesse período, sob liderança do primeiro ministro interino e mais tarde nomeado ao posto, o então Dr. José Manuel Ramos Horta teve papel decisivo na normalização da situação política. A situação ainda era considerada grave em termos de segurança interna. Entretanto, o governo mais concentrado nos temas do Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Planeamento e Finanças, Ministério de Recursos Naturais e Energia e o Ministério das Obras Públicas. Em comparação com o governo anterior, o SGC aumentou de forma significativa a alocação do orçamento para o Ministério de Agricultura e Pescas, porém, para a produção e rendimentos de produção que tiveram significativos aumentos no Primeiro Governo não se mantiveram no mesmo patamar. Os produtos nomeadamente milho, batata doce, arroz raízes tubérculos encontraram-se em quedas significativas no SGC. De fato, isso devido a instabilidade política e conflito interna.

Atenta-se na tabela 2, a despesa nacional aumenta de forma dobrada comparando com governo anterior, assim como despesa alocado para MAFP de maneira significativa. Esse salto quantitativo de orçamento não favoreceu por exemplo a produção de batata doce, milho, e raízes tubérculos.

Tabela 2. Despesas orçamentárias no Segundo Governo Constitucional

Anos	2006- 2007
Despesa Nacional	\$328.579.000,00
Despesa alocado para Ministério de Agricultura, Florestas e Pescas	\$14.013.000,00

Fonte: Elaboração do autor**

No Terceiro Governo Constitucional (TGC), ocorre uma diminuição significativa na despesa do Estado, bem como despesa para o MAFP. O Eng. Estanislau Aleixo Aleixo da Silva foi nomeado para o cargo de Primeiro Ministro em substituição ao Primeiro Ministro anterior. Verifica-se na tabela 3, os orçamentos

para despesa nacional e para MAFP tiveram redução significativa. A razão disso foi que o ano orçamental de 2006-2007 terminou em 30 de junho de 2007, o que fez com que a partir do mês seguinte as operações financiadas fosse por meio de regime duodecimal. Portanto, o IV Governo que tomou posse em 8 de Agosto de 2007 ficou responsável nesse período até término do ano.

Os produtos de grande relevância na dieta alimentar dos timorenses principalmente cereais, batata doce, quantidade de produção e rendimento de arrozais e milho tiveram progressos parciais em termos da produção, no entanto, os demais permaneceram em quedas constantes.

Tabela 3. Período de transição com orçamento duodécimo de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2017

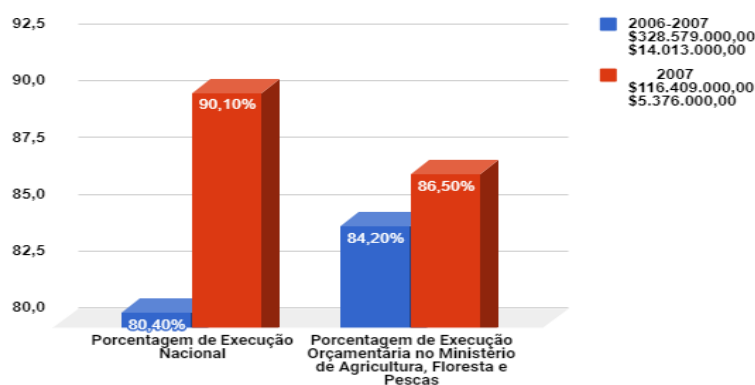
Ano	2007
Despesa Nacional	\$116.409.000,00
Despesa alocado para Ministério de Agricultura e Florestal	\$5.376.000,00

Fonte: Elaboração do autor**

Do Segundo ao Terceiro Governo Constitucional, as quedas das produções podem ser entendidas por motivo de instabilidade política, particularmente pelo conflito interno que dificultou as atividades diárias dos trabalhadores do campo. O deslocamento maciço das populações devido a crise dificultou a produção, o resultado disso foi a diminuição da produtividade e a produção despencasse de forma abrupta.

O gráfico 14 é o conjunto da porcentagem de execução do orçamento do SGC e do TGC. O gráfico constata que, o orçamento para MAFP não foi executado de forma eficaz pelos dois governos.

Gráfico 14. Porcentagem dos gastos do Segundo e Terceiro Governo Constitucional.



Fonte: elaboração do autor**

No período de transição foram alocados \$3.9 milhões para o apoio do Programa de Segurança Alimentar através do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC)¹¹, todavia, não obteve resultado esperado na produção (IV GOVERNO CONSTITUCIONAL, 2007, p. 4).

No Quarto e Quinto Governo Constitucional liderado pelo Kay Rala Xanana Gusmão houve um grande impulso no desenvolvimento do setor de agricultura por meio de alocação orçamentária com montantes superiores comparando com governos anteriores. Como se pode notar na tabela 4 e 5, o ritmo da despesa nacional ampliou de forma ininterrupto. Mesmo assim, os resultados das produções de alimentos consumidas diariamente pioraram cada ano que passa. No Quarto Governo, por exemplo, nos primeiros anos do governo, as alocações dos orçamentos para Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) são superiores na história da despesa do MAP.

¹¹ Foram desenvolvidas várias atividade, relativamente a reforestação, irrigação, cultivo de várzea, de hortaliças, horticultura, distribuição de equipamentos para agricultores, alargamento de lavouras , etc. Para o relatório completo encontra-se em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2009/10/pm_relactividade_gov_1jul_31dez_2007_pt.pdf> Acesso em: 08 abr. 2018.

Tabela 4. Despesa Nacional e alocação para o Ministério de Agricultura e Pesca no período de Quarto Governo Constitucional

Anos	Despesa Nacional	Despesa alocado para Ministério de Agricultura e Pesca
2008	\$788.312.000,00	\$30.677.000,00
2009	\$680.873.000,00	\$33.914.000,00
2010	\$837.981.072,00	\$19.460.763,00
2011	\$1.306.017.539,00	\$14.813.055,00

Fonte:Elaboração do autor**

Nos primeiros dois anos do Quarto Governo Constitucional (QGC) as produções de cereais aumentaram (de 180.430 mil toneladas em 2008 para 261.816 mil toneladas em 2010), mas não resistiram ao ritmo de crescimento (a produtividade despenca de forma vertiginosa de 2010 a 2011 para aproximadamente 148.080 mil toneladas em 2011) . Os mesmos encontraram-se em queda vertiginosa no início do QGC (liderado pelos partidos de coligação Aliança Maioria Parlamentar-AMP). A quantidade de produção de arrozais desde o início do Quarto Governo manteve-se queda leve (a produtividade aumentou) , assim como batata doce, batata, milho, arroz, raízes tubérculos, e a profundidade do déficit alimentar aumenta cada vez mais. A única produção que evolui somente produtos hortícolas frescos e a produtividade do arroz (áreas de colheita do arroz diminui cerca de 5.000 hectares).

Conforme se vê na tabela 4, a tabela 5 apresenta o mesmo de crescimento da despesa nacional. Para o MAP, a alocação diminui um pouco em relação ao governo anterior, mas comparando com PGC, é considerado montante superior.

Tabela 5. Despesa Nacional e alocação para o Ministério de Agricultura e Pesca no período de Quinto Governo Constitucional

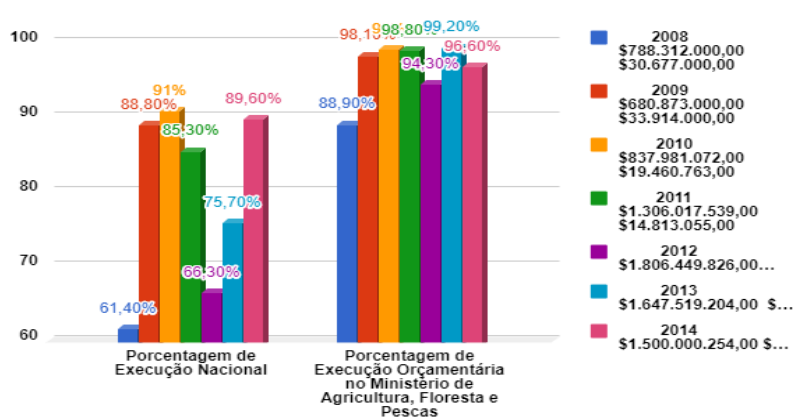
Anos	Despesa Nacional	Despesa alocado para Ministério de Agricultura e Pesca
2012	\$1.806.449.826,00	\$17.183.800,00
2013	\$1.647.519.204,00	\$25.164.000,00

2014	\$1.500.000.254,00	\$27.615.000,00
------	--------------------	-----------------

Fonte: Elaboração do autor**

Percebe-se no gráfico 15, que as execuções orçamentárias para gastos no MAP eram em média acima de 96% em dois governos durante o mandato de 2008 até os meses finais de 2014. Contudo, os principais produtos alimentares que garantem a Segurança Alimentar e Nutricional estão se deteriorando conforme mostrado no capítulo I.

Gráfico 15. Porcentagens dos gastos no Quarto e Quinto Governo Constitucional



Fonte: Elaboração do autor**

No programa do Quarto Governo (2007-2012), a ênfase dada ao setor da agricultura relativamente à atividade da produção de alimentos, o desenvolvimento de setor de pescas e pecuária ocupou o topo da agenda do governo no curto e médio prazo. A segurança alimentar aparece como setor de grande importância, considerado como centro de atenção para a melhoria da condição de vida dos cidadãos no curto prazo. As linhas programáticas do governo comprometeram-se a criar, adaptar, promover, subsidiar, proteger, aumentar e otimizar a produção de alimentos. Segundo o relatório de gasto no início do ano a julho de 2008, de fato houve realizações do setor primário, principalmente no que se refere às atividades agrícolas, no entanto os mesmos não duraram e mantiveram em queda (PROGRAMA QUARTO GOVERNO CONSTITUCIONAL, 2007; RELATÓRIO 2008) .

Em 18 de outubro de 2010, foi assinada a Declaração de Comoro pelos seis Ministérios do Quarto Governo sob lema “Em conjunto Vamos Acabar com a Fome”, foi um compromisso político com objetivo de acabar com a fome e a má nutrição no país. Os Ministérios assinantes foram: O Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), Ministério de Saúde, Ministério do Turismo Comércio e Indústria, Ministério da Economia e Desenvolvimento, Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade Social. Na mesma ocasião, comprometeram-se a colaborar com o Conselho Nacional para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutrição de Timor-Leste. O ato mostra que combater a fome não é assunto isolado somente para o MAP. O trabalho em plataforma ministerial com multi-atores é viável para conseguir o resultado. Reconhecendo a importância do ato e a interdependência de multi-atores, visando tomar em consideração todas as dimensões de Segurança Alimentar e Nutricional, os resultados para a disponibilidade de alimento e maior produtividade ainda não são convincentes no curto e médio prazo. A política de “Povo Cultiva Governo Compra” introduzido pelo Ministério do Turismo Comércio e Indústria também se encontra defeitos no seu funcionamento. A causa principal deve ser estrutura de poder, o problema de eficácia e eficiência institucional.

Além de diálogo interno com a sociedade civil e as cooperações interministeriais, por meio de cooperações internacionais, o governo no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹² promoveu diálogos com os países membros que têm experiências no combate a fome sob tutela do Secretariado Técnico Permanente da CPLP e elaborou a Estratégia Regional de SAN para ser seguidos pelos países membros. São passos importantíssimos para progresso institucional, mas para isso está sujeito às responsabilidades.

Nos primeiros anos do mandato, o governo elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030) no qual a participação de toda população foi decisiva tomando prioridades para que os próximos governos respondessem às necessidades das populações. De acordo com o plano, a meta para o longo prazo

¹² A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político diplomática e da cooperação entre os membros. Atualmente composto por nove países, sendo eles: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste.

para concretizar o objetivo de Segurança Alimentar, as estratégias de médio e longo prazo são: “criar mais de 70.000 hectares de campos de arroz irrigados, utilizar variadas sementes com produtividade elevada, utilizar novos sistemas de produção agrícola e estabelecer armazenamento de cereais nas exportações agrícolas” (PED, 2011, p.144). São metas ambiciosas para o longo prazo para serem atingidas. Para isso o maior engajamento de todas as camadas da sociedade é fundamental para obter os resultados esperados. O maior desafio é que cada ano que passa, está quase próximo a 2030 e ainda não há sinais de crescimento nos produtos primários consumidos diariamente pelas populações.

Após a publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, seguindo o desafio global de fome zero em 2012 lançado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, o Quinto Governo, à continuação do governo anterior, alinhou seus programas para as metas estabelecidas no PED. Para a Segurança Alimentar, o governo se comprometeu em melhorar através do uso de variedades de alta produtividade identificadas pelo MAP.

Segundo publicado pelo governo:

[...] o Governo fará investimentos consideráveis na reabilitação e alargamento de sistemas de irrigação e na melhoria do abastecimento de água. Iremos impulsionar o Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste para orientar efectivamente as políticas nacionais para o sector e para supervisionar a implementação de projectos. Ao longo dos próximos cinco anos, será conduzida uma investigação extensiva para orientar os nossos agricultores, sobre as melhores colheitas e métodos de cultivo a adoptar, de acordo com as suas circunstâncias locais. O número de Agentes de Extensão Agrícola nos sucos será aumentado e serão construídos mais Centros de Serviços Agrícolas nos distritos (PROGRAMA DO V GOVERNO CONSTITUCIONAL LEGISLATURA 2012-2017, p. 45).

No Quinto Governo Constitucional propriamente dito, foi lançado o primeiro Plano de Ação Nacional-Timor Leste sem fome e malnutrição. Ele é composto por planos de ação para o longo prazo. Um dos pilares da meta para ser atingida em 2025 é o “aumento na produtividade de vários produtos agrícolas de pequenos agricultores, incluindo jovens e mulheres agricultores”. Todavia, esse aumento não aconteceu até o presente momento (PLANO DE AÇÃO ERRADICAÇÃO DA FOME E MALNUTRIÇÃO EM TIMOR-LESTE. 2014).

Os esforços dos governos são inegáveis, principalmente do Quarto e Quinto Governo Constitucional, de consolidar cada vez mais políticas públicas para as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional. Para conseguir o resultado o processo deve ser contínuo e constante.

No Sexto Governo Constitucional (SGC), liderado pelo Dr. Rui Maria de Araújo, a Segurança Alimentar e Nutricional tornou agenda principal no setor de agricultura. O governo sublinha que a primeira etapa do plano era conseguir a Segurança Alimentar. Neste sentido, observa:

O Governo irá melhorar a segurança alimentar em Timor-Leste, através da promoção do uso de novas tecnologias de produção, incluindo o uso de novas variedades de alta produtividade, identificadas pelo Ministério da Agricultura, bem como a aplicação e emprego de novas técnicas de colheita e de armazenamento de cereais e de outros produtos agrícolas granulares, nomeadamente feijões. [...] Em linha com o Plano de Acção Nacional “Timor-Leste sem Fome e a Malnutrição”, o Governo irá continuar a garantir aos agricultores de subsistência o acesso à formação e à assistência técnica, necessárias para aumentar a produtividade local e fortalecer a resiliência das comunidades às alterações climáticas e ao crescimento populacional (PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL 2015-2017. p. 48).

Nos primeiros 100 dias do governo, segundo o relatório, houve significativo avanço no curto prazo. Os programas implementados, principalmente no setor de agricultura, foram essencialmente inerentes às infra estruturas, relativamente: lançamento do projeto de irrigação; inauguração do Centro de Formação das Escolas Técnicas Agrícolas; formação a grupos agrícolas; apoio a comunidades agrícolas; construção de tanques de peixe; inauguração do centro de produção de sementes; criação de associações a comerciais de sementes; atualização da base de dados de tratores, e entre outros. No mesmo governo, em 2016 publicou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, revisando a política anterior de 2005 implementado pelo Primeiro Governo Constitucional.

Durante o mandato do VI Governo Constitucional¹³ foram feitas reformas consideráveis, entre elas; subsídios aos agricultores, programa de “cintura horticultura”, agricultura integrada, multiplicação de sementes, apoio às iniciativas de

¹³ RETRATO DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL [2015-2017].

grupos de jovens agricultores, programa SoL (Seeds of Life), inauguração do sistema de irrigação, e financiamento às escolas técnicas.

Na tabela 6, considera-se o mesmo ritmo em termos de alocação para orçamental para o MAP, o governo aumentou somente a produtividade e aumento das áreas de safra da produção de arroz, milho e produtos hortícolas. Os demais, tanto áreas de colheita e produtividade permanecem em quedas. Produção de raízes e tubérculos, ambos áreas de colheita e produtividade estão no mesmo equilíbrio.

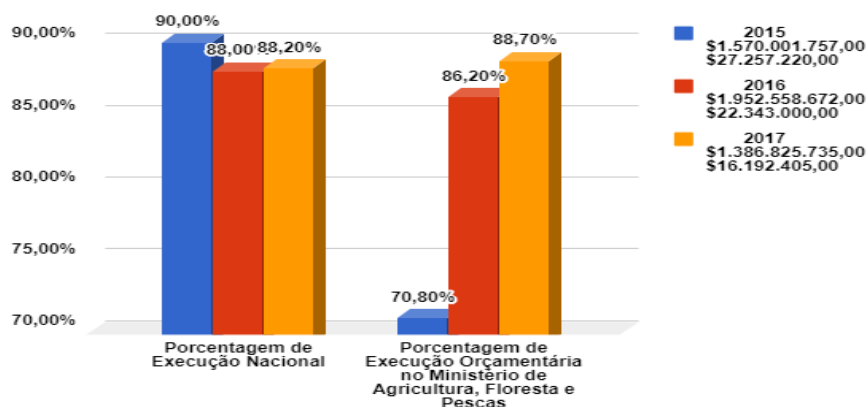
Tabela 6. Despesas orçamentárias para o VI Governo Constitucional

Anos	Despesas Nacional	Despesas alocado para Ministério de Agricultura e Florestal
2015	\$1.570.001.757,00	\$27.257.220,00
2016	\$1.952.558.672,00	\$22.343.000,00
2017	\$1.386.825.735,00	\$16.192.405,00

Fonte: Elaboração do autor**

De forma geral, o resultado da produção no período de Sexto Governo Constitucional não obtiveram resultados marcantes, no entanto houve melhorias no crescimento de produtividade e rendimentos de arroz, produtos horticulturas produção de arrozais e produção total de cereais.

Gráfico 16-. Porcentagem de gastos orçamentárias no VI governo



Fonte: Elaboração do autor**

Segundo o relatório do VI Governo, para a Segurança Alimentar foram importadas milhões de toneladas de arroz para responder a demanda interna principalmente para os mais vulneráveis identificados pelo Ministério da Solidariedade Social e para responder a merenda escolar. A principal causa identificada ao longo dos anos que contribui para o agravamento da produtividade alimentar é que a importação dos produtos de grande envergadura tornou uma prática comum de resolver problemas. As alternativas de longo prazo para a sustentabilidade e soberania alimentar cada vez perto a situação de extrema dependência de um país soberano e independente. Além disso, a cultura de dieta alimentar como identidade nacional está em perigo na medida que a falta de atenção das autoridades de proteger a produção local é praticável. A interdependência complexa no século XXI é inquestionável, mas deve tomar em consideração a precariedade de alimentos no atual estágio que Timor situa.

Nesta segunda seção, examinou-se que os esforços dos governos por meio de políticas públicas, alocações orçamentárias para setor agrícola são sérias, e de montantes superiores cada ano que passa pela leitura dos orçamentos alocados. Entretanto, os gastos não mostram resultados positivos. Nesse sentido, pode-se afirmar que, as causas políticas ainda se encontram na estrutura do poder do Estado timorense, principalmente suas instituições relevantes, ainda há deficiências na organização, bem como a falta de eficiência e eficácia no orçamento de Estado, além dos fatores internos e externos discutidos na seção anterior.

O próximo capítulo será dedicado às possíveis alternativas que possam melhorar a produtividade alimentar, tomando em consideração os fatores externos e internos como base para elaborar qual prioridade o governo deve tomar para aumentar a produtividade alimentar. Com conhecimentos em nível macro, a elaboração de alternativas serão com base em problemas estudadas nesta monografia.

3. POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA MELHORAR A PRODUTIVIDADE ALIMENTAR NO TIMOR-LESTE PARA GARANTIR SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3.1. Considerações Preliminares

Os capítulos anteriores mostraram problemas de escassez de alimentos que o país enfrenta, principalmente as dificuldades de populações ter acesso as alimentações produzidas internamente para o consumo. Os produtos de grande importância para timorenses como fonte da sobrevivência tornam níveis alarmantes com múltiplas causas apresentados no capítulo II.

Neste capítulo pretende apresentar possíveis alternativas para melhorar a produtividade alimentar que possam garantir a auto-suficiência alimentar com segurança e nutrição. Com base nas causas elencadas no capítulo anterior, neste capítulo busca responder os problemas tanto do fator interno como externo para melhorar a produtividade alimentar como dimensão primária da SAN. O acesso a alimentação de quantidade e qualidade são direitos basilares de direitos humanos que o Estado possa garantir para seus cidadãos. Nesse sentido, além de apresentar alternativas, é indispensável examinar legislação interna para que os cidadãos possam reivindicar seus direitos.

O capítulo está estruturado em duas seções, sendo que a primeira trata do Direito Humano à Alimentação Adequada em consonância com a legislação interna timorense. A segunda visa propor possíveis alternativas para responder fatores interno e externo.

3.2. Direito Humano à Alimentação Adequada em consonância com legislação interna timorense

Do ponto de vista legal, embora não explícito na Constituição, a legislação interna timorense garante os direitos de cada cidadão em vários aspectos. Neste sentido, a lei maior garante o direito à vida e da assistência social e a segurança para cada cidadão.

O Artigo 29.º incisos 1 e 2 da Constituição reconhece o direito à vida:

1. A vida humana é inviolável.
2. O Estado reconhece e garante o direito à vida. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, p. 15).

Bem como, o Artigo 56.º da Constituição (Segurança e assistência social) declara que:

1. Todos os cidadãos têm direito à segurança e à assistência social, nos termos da lei.
2. O Estado promove, na medida das disponibilidades nacionais, a organização de um sistema de segurança social.
3. O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a actividade e o funcionamento das instituições de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2002, p. 20).

Nos incisos dos artigos interpreta-se de forma categórica, do sentido normativo dos fatos sociais, a segurança alimentar e o próprio direito dos cidadãos a alimentação estão vinculadas nesses artigos. Devido a sua ambiguidade estes dispositivos são dificilmente interpretados de forma inteligível pelos cidadãos. Além do mais, por ser parte do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) - adotado em 1966, Timor-Leste ratificou em 16 de abril de 2003, significa que o Estado tem obrigação legal para cumprir os acordos internacionais e deve implementá-los no seu ordenamento territorial. (UNITED NATIONS: TREATY COLLECTION).

A Constituição declara no Artigo 9.º inciso 2 que,

2. As normas constantes de convenções, tratados e acordos internacionais vigoram na ordem jurídica interna mediante aprovação, ratificação ou adesão pelos respectivos órgãos competentes e depois de publicadas no jornal oficial

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2002, p.11).

A responsabilidade do Estado perante a comunidade internacional em termos de acordos reflete o comprometimento aos regimes internacionais¹⁴ como medida de construção da confiança e da governança global¹⁵. Assim como internamente, a Constituição, como lei máxima, regula os direitos e deveres de todas as entidades.

O atual estado de insuficiência do acesso a alimentos e da fome que os cidadãos enfrentam cada dia, significa que os governos violam os princípios de garantir aos cidadãos o direito à vida. A violação de forma constante e praticada ao longo dos mandatos dos governos no processo de desenvolvimento favorecem somente certas camadas da sociedade com privilégios de acesso a instituições públicas para seu interesse particular.

Os princípios da independência de libertar o povo estão somente nos discursos políticos no período da campanha eleitoral com promessas falsas e enganadoras. A esperança de cada cidadão, principalmente os que sobrevivem do setor de agricultura para sustentar seus filhos para escolas, manter estabilidade financeira na família, responder suas necessidades primárias e secundárias, melhorar condições de vida, todos esses ideais estão cada vez longe de ser alcançadas como direitos basilares mínimos que as instituições de Estado possam garantir.

Devido à falta de informações por parte dos cidadãos, é difícil contestar os órgãos de Estado para exigir seus direitos fundamentais. Nesse sentido, os meios legais internamente que os cidadãos podem recorrer são: a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça (PDHJ)¹⁶ e o Ministério da Justiça. A Direção Nacional dos

¹⁴ Segundo Stephen D. Krasner, em seu artigo: *Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables*, define que os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área de assunto. Princípios são crenças de fatos, causalidade e retidão. Normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. Regras são prescrições específicas ou prescrições para ação. Os procedimentos de tomada de decisão são práticas prévias para a elaboração e implementação de escolhas coletivas. Artigo disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706520?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 05 abr. 2018.

¹⁵ A definição dada pelo James N. Rosenau no livro de *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*, editora UNB, 2000, p. 16, define que, a governança global é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivo, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos. Ou seja, a governança global é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria.

¹⁶ PDHJ é uma Instituição Nacional de Direitos Humanos da República Democrática de Timor-Leste. Foi estabelecido ao abrigo do Artigo 27 da Constituição de Timor-Leste em Maio de 2002 e abriu para

Direitos Humanos e de Cidadania (DNDHC) sob tutela do Ministério da Justiça tem sua função como foi atribuído sob abrigo do DECRETO-LEI N.º 02 /2013 de 6 de Março da Lei Orgânica do Ministério da Justiça artigo 12.º atribui competências a esta direcção para promover, divulgar e assegurar os Direitos Humanos e os direitos e deveres de cidadania da população (JORNAL DA REPÚBLICA, 2013)

O artigo 12.º inciso 2 atribui as seguintes competências,

2. A Direcção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania prossegue as seguintes atribuições:

- a) Promover políticas de divulgação dos Direitos Humanos e dos direitos e deveres cívicos dos cidadãos;
- b) Fazer respeitar os tratados internacionais que em matéria de Direitos Humanos tenham sido ratificados pela República Democrática de Timor-Leste;
- c) Elaborar o Plano de Acção Nacional para os Direitos Humanos e monitorizar a sua execução;
- d) Colaborar com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, da área da Justiça e dos Direitos Humanos.
- e) Monitorizar a implementação, o desenvolvimento e o progresso dos direitos humanos;
- f) Dar parecer sobre medidas legislativas e políticas do Governo, em matéria de direitos humanos;
- g) Elaborar os relatórios decorrentes dos tratados internacionais de que Timor-Leste seja Estado-Parte, em matéria de Direitos Humanos.

Reconhecendo as falhas das instituições de Estado, as pressões por falta dos cidadãos de reivindicar seus direitos fazem com que as quietações dos ministérios competentes caminhem de forma lento e a produtividade de alimentos tornam níveis alarmantes. Portanto, uma de muitas das alternativas por parte dos cidadãos é mobilizar e exigir seus direitos de forma frequente para que haja uma visão de

o funcionamento em 2006. O PDHJ tem com mandato duplo que abrange direitos humanos e boa governação. As principais actividades do PDHJ incluem a cooperação com entidades nacionais e internacionais para o avanço de um quadro de direitos humanos em Timor-Leste, boa governação e monitorização dos direitos humanos, actividades para a promoção dos direitos humanos e princípios de boa governação, informando às Nações Unidas, órgãos de tratados e do Conselho de Direitos Humanos, actividades para educação em direitos humanos, bem como conduzir investigações em relação a questões de direitos humanos ou abusos. Atualmente composto por 5 edifícios, situam-se em Díli, Baucau, Maliana, Manufahi e a região autónomo especial Oecusse-Ambeno. Página oficial encontra-se em: <http://pdhj.tl/?lang=pt-pt> .

demanda emergencial por parte da sociedade civil, principalmente trabalhadores rurais dependentes da produção agrícola para uma intervenção direta do setor público.

3.3. Possíveis alternativas para responder fatores interno e externo

A estratégia e política para o desenvolvimento do setor de agricultura formulado pela FAO e MAP em 2017, por meio de partes interessadas que envolve diferentes setores da sociedade, incluindo Ministérios relevantes, sociedade civil, acadêmicos e agricultores, reconhece as falhas que os governos anteriores cometeram, particularmente a falta de atenção para setor de produção agrícola, conflito inter-setorial, ênfase limitada na diversificação, sistemas de irrigação existentes no país não são propriamente utilizados e gerenciados, a política de mecanização não respondeu às necessidades de viabilidade econômica, e a falta de foco em estimular tecnologias sustentáveis apropriadas de acordo com cada contexto específico (RDTL, 2017).

O documento aponta as lacunas deixados pelos governos anteriores, e ao mesmo tempo recomenda as alternativas, contudo as mesmas não apresentam de forma definida quais prioridades os governos devem tomar em curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, possíveis alternativas para responder os fatores interno e externo serão estabelecidas de seguintes passos.

Portanto, o primeiro passo que o governo deve tomar em consideração para valorização do setor de agricultura para aumentar a produtividade alimentar, é criar normas, regulamentos e regras que restringem a importação (impõe barreira tarifária e não tarifária) de produtos alimentícios por meio de política governamental que diminuam a abundância de importação do setor primário. A conjuntura regional e global afeta decisivamente a produção alimentar devido o baixo preço e a maior produtividade de alimentos no mercado internacional. Para responder esses desafios, este primeiro passo certamente contribuirá para o incremento da produtividade interna. Na medida em que as restrições são estabelecidas, o regulamento do preço no mercado interno deve ser ajustado para equilibrar com os produtos importados. Reconhece-se que o resultado da produtividade (dos produtos

do gráfico 1) é lento e gradual, mas as barreiras alfandegárias é o primeiro passo a ser tomado.

O segundo passo e considerado como decisivo para o aumento da produtividade alimentar é a seriedade de investimento por parte do setor público, através do Ministério da Agricultura e Pescas em parceria com Ministério das Obras Públicas, Ministério do Comércio e Indústria, que coordenam o impulso da infraestrutura no setor de agricultura, bem como introdução de novas técnicas em colaboração com organizações internacionais e os programas internacionais com especialidade nessa área. Todas as ações devem incluir a opinião dos agricultores. Incorporar os agricultores na tomada de decisão é fator decisivo para alcançar o resultado.

De acordo com Silva (2016), a causa principal da insegurança alimentar no Timor-Leste é o resultado de falhas políticas que desempenham em ambos os níveis macro e micro. Segundo o autor, para garantir uma boa governança, o importante é permitir a participação democrática de todas as partes para exercerem suas capacidades deliberativas de moldar políticas e seus resultados. O autor sublinha:

É importante ressaltar que [...] os problemas da produção de alimentos não eram apenas questões técnicas, que poderiam ser resolvidos através da distribuição de sementes e tratores de alto rendimento, da irrigação ou da busca de culturas de rendimento. São problemas multifacetados e inter-relacionados com dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas (tradução nossa, SILVA, 2016, p. 139).

Os argumentos de Silva (2016) sublinham a importância de integrar as camadas da sociedade (conjunto social), principalmente os agricultores na tomada de decisão. Não adianta trazer técnicos e peritos internacionais sem incluir agricultores locais que conhecem bem a terra. A integração com dimensões sociais, culturais e ambientais, os agricultores locais conhecem bem e para isso incluir no processo vão ajudar a levar adiante as introduções de novas técnicas.

Além do papel do setor público como entidade de grande peso e relevância no investimento, outros setores são indispensáveis para que a produtividade ocorra. O modelo de organização econômica está explicitamente declarado na Constituição. O artigo 138.º proclama que,

A organização económica de Timor-Leste assenta na conjugação das formas comunitárias com a liberdade de iniciativa e gestão empresarial e na coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, P.41).

Nesse sentido, para o equilíbrio de investimento, o setor público juntamente com setor privado e setor cooperativo devem afinar os entendimentos para o objetivo comum, que é justamente o desenvolvimento do setor primário para o médio e longo prazo. Reconhece-se que sempre há assimetrias frequentes entre os setores, mas o governo como protagonista principal tem que acomodar as demandas de todos os setores por meio de diálogos constantes. Os efeitos de desenvolvimento sério entre os setores consequentemente diminuirão os problemas básicos (desemprego crescente, migração de campo para cidade em busca de serviços não agrícolas e entre outros) que o Estado enfrenta.

Nesse segundo passo, a vontade de todos os setores com mesmos princípios de desenvolvimento vai diminuir a escassez de alimentos. Os alicerces para isso são a vontade do governo, unidade nacional e os mesmos princípios para diminuir a dependência. Como se pode observar na tabela 13 e no gráfico 17 a seguir, a dependência de importação de alimentos é fato e inquestionável. Importação de arroz na tabela 13 representa maioria dos produtos primários consumidas no país.

A diminuição deve ser foco principal de todos os setores. Para além dos investimentos, a oferta de subsídios aos agricultores no território nacional em diferentes produtos são alternativas para manter, bem como valorizar os produtores no campo. Os agricultores têm papel decisivo na melhoria da produtividade alimentar, por isso as políticas públicas com objetivos claras para o médio e longo prazo são requeridas.

Como um país recém-independente, as ausências de indústrias de grande porte ainda são precárias e inexistentes. Portanto, tudo que Timor-Leste necessita, as importações são meios para responder às demandas. Sobre a alimentação, o arroz ocupa o topo da lista de importação. Observa-se na tabela 7, a quantidade aumenta de forma escalada.

Tabela 7 . Importação de arroz de 2002 a 2016

Anos	Quantidade de importação em dólares dos EUA	Origem de importação	Importação em porcentagem por país
2002	4.48 Milhões	Vietnã Singapura Tailândia Indonésia	52% 36% 11% 1.1%
2003	5.95 Milhões	Vietnã Tailândia	78% 21%
2004	8,94 Milhões	Vietnã Indonésia Tailândia Estados Unidos da América Austrália	64% 21% 11% 3.2 % 0.38%
2005	17 Milhões	Vietnã Tailândia Indonésia	94% 4.7% 1.1%
2006	14.5 Milhões	Vietnã China Tailândia	82 % 11% 6.9%
2007	20.6 Milhões	Vietnã Tailândia China	74% 23% 3.78%
2008	57.6 Milhões	Vietnã	98%
2009	97. 5 Milhões	Vietnã	99.7%
2010	51.9 Milhões	Vietnã	92.2%
2011	22.8 Milhões	Vietnã China Indonésia Tailândia Estados Unidos da América	50% 10% 10% 1.3% 28%
2012	31.5 Milhões	Vietnã Índia Tailândia Indonésia China	89% 8.3% 1.55 0,86% 0,36%
2013	25.5 Milhões	Vietnã Singapura Tailândia Indonésia China Myanmar	71% 1.6% 0,95% 0,52% 0,18% 0,17 %
2014	60.8 Milhão	Vietnã Tailândia	71% 29%
2015	7.53 Milhões	Tailândia Paquistão	86% 13%
2016	36.7 milhões	Vietnã Tailândia	76% 15%

		Paquistão	9.1%
2017	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis

Fonte: Elaboração do autor^{***17}

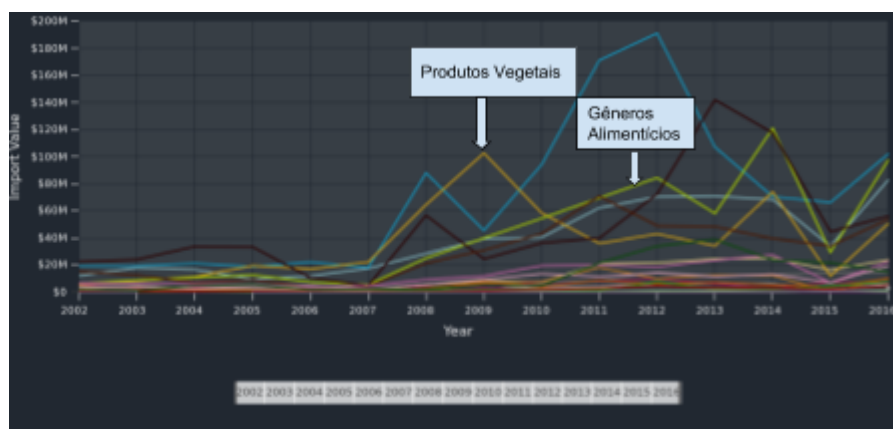
A tabela 7 com objetivo de ilustrar a intensidade linear de importação nos períodos de 2002 a 2016. A quantidade menor de importação em preço importado foi somente de 2002 a 2006 no período do Primeiro Governo Constitucional. Nos anos seguintes as importações subiram de forma crescente a partir de 2007 até 2016.

Para além da intensidade de importação de arroz, observa-se no gráfico 17, os gêneros alimentícios (açúcares crus, tabaco enrolado, macarrão, cerveja, assados, café e chá, água, peixe industrializado, carnes preparadas, etc.) encontram-se em ascensão significativa a partir de 2007 até 2012. Em seguida, a importação encontrou-se em queda leve em 2013, entretanto no ano seguinte o ritmo de aumento tornou-se crescente em 2014. Em 2015 houve significativa redução, entretanto no ano seguinte esse ritmo de aumento voltou a acontecer. Mesmo os dados disponíveis só até 2016, a estimativa é que a importação de gêneros alimentícios ocupam a primeira posição em 2017.

Em certos momentos, as importações de gêneros alimentícios ocuparam a primeira e segunda posição no total de importações. De 2009-2010 as importações de gêneros alimentícios ocuparam terceira posição, 2010-2012 figuraram na segunda posição, atrás apenas da importação de máquinas. Em 2012 até meados de 2013 voltando para segunda posição e 2014 considerado como o auge de importações, sendo que os gêneros alimentícios ocupam a primeira posição no total da importação. Para além dos gêneros alimentícios, as importações dos produtos vegetais (arroz, farinhas de trigo, maçãs e peras, citrinos, batatas, cebolas, vegetais congelados, malte, verduras, soja, outras nozes, milho, cereais, uvas, especiarias, pimenta, leguminosas secas, raízes vegetais, etc.) tiveram significativos aumentos a partir de 2007.

¹⁷ ***Elaboração da tabela baseando em dados de Observatório da Complexidade Econômica do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT- *Massachusetts Institute of Technology*) THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY.

Gráfico 17: Produtos que Timor-Leste importa de 2002-2016

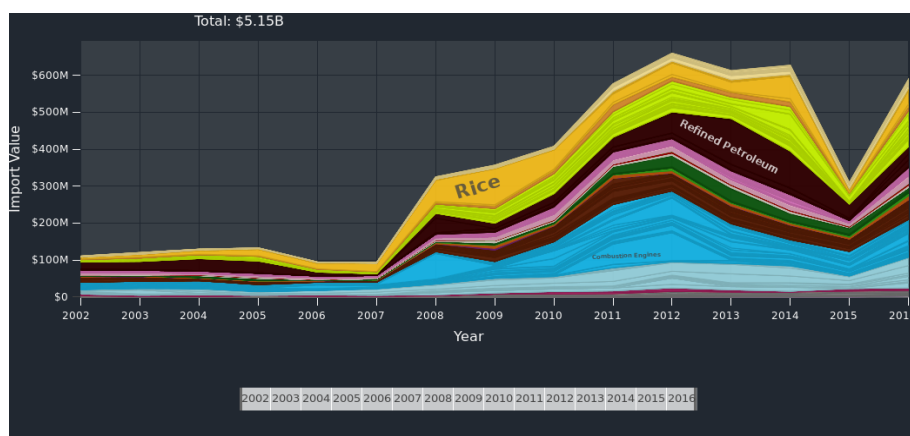


Fonte: Observatório Complexidade Econômica e elaboração do autor.

Os níveis de dependência são preocupantes, como mostra o gráfico 17. Esse gráfico de certa forma evidencia claramente o excesso de entrada dos produtos primários que podem ser produzidos internamente, nomeadamente, produtos vegetais e gêneros alimentícios. Contudo, as importações dos produtos oriundos externamente tomaram espaço. Todas elas ocupam o topo de exportação em certos anos, como em 2009, 2012, 2014 e voltando ser em 2016.

Com os mesmos dados do gráfico 17, o gráfico 18 sob outra visão que mostra os produtos mais importados.

Gráfico 18: Produtos que Timor Leste importa 2002-2016 sob visão empilhado



Fonte: Observatório Complexidade Econômica.

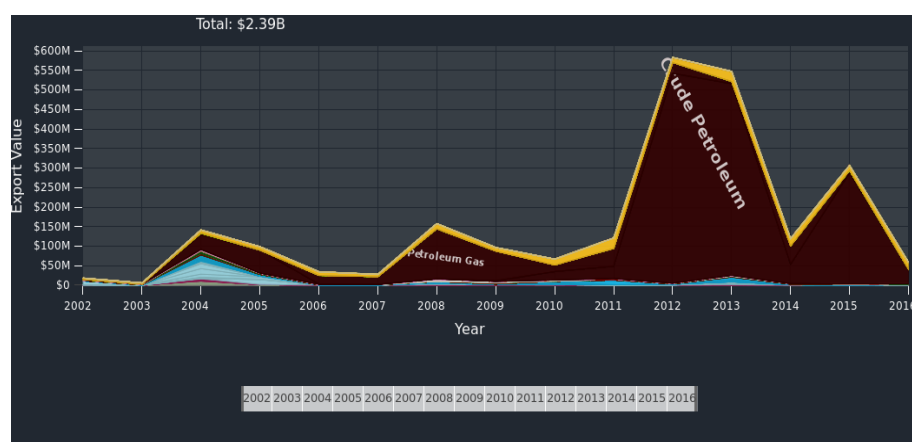
Com o mesmo objetivo de mostrar a abundância de importação, gráfico 18 confirma que arroz ocupa grande fatia da camada de importação a partir de 2007

com aumento significativo até 2014. De 2014 para 2015 houve significativa queda, no entanto, no ano seguinte cresce de forma acelerada. Apesar de os dados serem só até 2016, acredita-se que a importação de arroz e outros produtos alimentares continuar de forma linear devido aos câmbios climáticos e aos impactos do El Niño e da La Niña. No total dos produtos mais importados, arroz está no topo, considerado como produto que Timor-Leste mais importa desde 2002 até 2016.

Além da dependência de importação para abastecimento interno, o país depende somente de dois produtos para cobrir seus gastos. As despesas do Estado estão subordinar-se em petróleo cru e gás. Café ocupa pequena fatia de toda a totalidade de exportação. A expectativa é que os produtos agrícolas possam ocupar o espaço na exportação mesmo com valor agregado menor.

Entretanto, os três produtos exportados são: Gás; Petróleo Cru e Café. Como se observa no gráfico 19 a seguir.

Gráfico 19: Produtos que Timor-Leste exporta 2002-2016



Fonte: Observatório Complexidade Econômica.

Para o longo prazo os governos devem apostar nas fontes alternativas, como o setor agrícola, para diversificar mais a fonte de rendimento do Estado.

O terceiro passo e de crucial importância é a criação de um centro de processamentos e de indústrias para dinamizar demanda interna. Os centros de processamentos possuem papel determinante para introduzir novas formas de coordenar, armazenar, bem como processar os produtos internamente produzidos. Como centro de funcionamento de toda a cadeia distributiva, os centros têm papel

fundamental de garantir, bem como disponibilizar alimentos de quantidade e qualidade.

O quarto passo inclui cadeias de distribuição para o mercado interno. O abastecimento do mercado interno é o primeiro a praticar. Portanto, as infraestruturas básicas, principalmente rodovias nacionais, municipais, postos administrativos e sucos¹⁸ são emergências para serem melhoradas. A atual política de descentralização¹⁹ de atribuir poderes aos líderes municipais como autônomos, os centros de processamento em cada posto administrativo de aproximar aos consumidores são considerados vitais.

O quinto passo é o que garante a Segurança Alimentar e Nutricional aos cidadãos. A valorização de produtos alimentícios produzidas internamente garante uma maior confiança aos consumidores em relação a produto doméstico. Os produtos importados oriundos principalmente dos países vizinhos regionalmente com padrões diferenciadas de processamento com tempo vai alterar constantemente a cultura alimentar.

De acordo com Ribeiro et al (2017),

Profundas mudanças nos padrões de alimentação da população mundial são observadas, a partir da segunda metade do século passado, com enfraquecimento dos padrões alimentares tradicionais e substituição pelo consumo de alimentos processados industrialmente, com alta densidade energética, altos teores de açúcares, sódio, gorduras saturadas e trans, e baixo conteúdo de fibras (apud POPKIN, 2006; 2014).

Este fenômeno de enfraquecimento dos produtos tradicionais como identidade dos timorenses está acontecendo, e de forma acelerada. O processo de

¹⁸ Suco é a menor divisão administrativa de Timor-Leste, que pode ser composto por uma ou mais aldeias. Existem 498 sucos no território, numa média de 7 por subdistrito. Para mais informações sobre divisão territorial de Timor-Leste acessa-se em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91> .

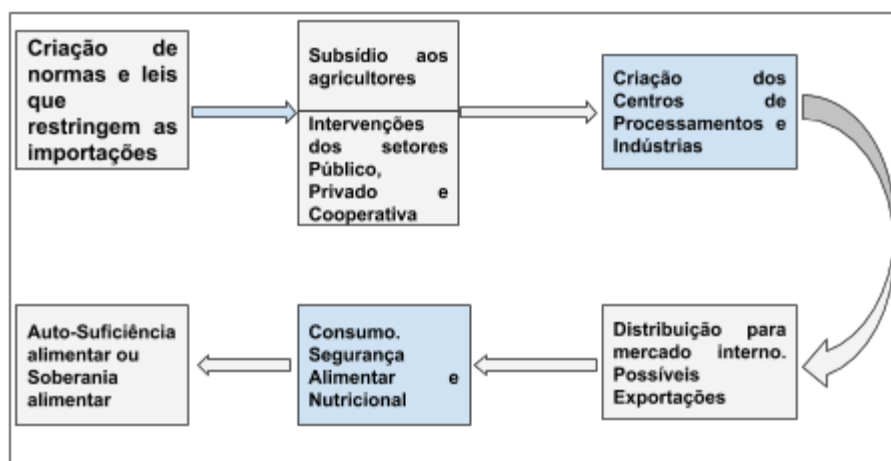
¹⁹ A atual política de descentralização cedendo mais poder às autoridades locais, mesmo tais programas estão em fases de implementação. Conforme as políticas dos governos, a descentralização administrativa foi organizada em 3 fases: i) a pré-desconcentração administrativa, no âmbito da qual inicia a reforma institucional, a criação e aprovação do necessário quadro legal e a preparação dos planos de desenvolvimento local, ii) a desconcentração administrativa, na qual começa a aplicar a legislação aprovada e uma faseada delegação de competências e desconcentração dos serviços públicos e iii) a descentralização, onde seria possível concretizar a transferência de poderes, responsabilidades e deveres para as estruturas do poder local, cujas eleições já seriam uma realidade. Considerando como política desconcentração dos serviços do Estado para melhor prestar serviços aos cidadão.

aumento da dependência alimentar está se agravando e sem que os governos tomem em consideração.

No último passo, a auto-suficiência alimentar é um bem esperado num país independente e soberano. As características culturais da dieta alimentar dos povos estão atreladas a soberania alimentar. A Segurança Alimentar Nutricional se faz dentro do país com boas práticas de sustentabilidade do sistema alimentar e o fortalecimento do padrão alimentar que respeita a cultura dos povos.

Em resumo dos passos apresentados como alternativas, a imagem 4 mostra de forma detalhada as etapas que os governos devem tomar em consideração.

Imagem 4 : Alternativa para aumentar a produtividade alimentar como dimensão primária da SAN



Fonte: Elaboração do autor.

Solicita-se aos governos, principalmente ao Ministério da Agricultura e Pecuária, em coordenação com programas internacionais, agências e organizações internacionais, academia (universidades), ONG's nacionais em introduzir programas de melhoria da produtividade. As recomendações da nova estratégia para a política agrícola (2017, p. 15-23) sublinham que haja maior intervenção nas áreas como: Reforma agrária; Gestão sustentável de recursos naturais, Diversificação, Produção e Produtividade: *Climate Smart Agriculture (CSA)*; Mecanização de tecnologias agrícolas; Tecnologias e gestão pós-colheita; Ligando os agricultores aos mercados: da subsistência à orientação do mercado Desenvolvimento da cadeia de valor;

Emprego rural (foco na juventude rural); Participação do setor privado e parcerias público-privadas-comunitárias; Finanças rurais e Consumo para uma dieta saudável. Todos esses elementos específicos do fator interno ainda há lacunas no processo de implementação. Para responder a causa histórica, tecnológicas e ecológicas, econômicas, culturais e estrutura de poder, o comprometimento dos próprios timorenses e o pacto de unidade nacional são exigentes para superar a atual estágio de deterioração de alimentos produzidas internamente. Essa nova estratégia e política para setor de agricultura que procede a de 2004, elaborado juntamente com a FAO, sociedade civil, ONG's, academia e toda a camada da sociedade que ainda por aprovar pelo Ministério da Agricultura, será uma nova esperança para a produção alimentar e a produtividade.

Em vias de conclusão, é possível observar que as alternativas apresentadas para os problemas da produção de alimentos no Timor-Leste são factíveis de acordo com a situação real do país. São alternativas de curto, médio e longo prazo que os governos devem tomar em consideração. A estratégia e política para o setor de agricultura publicado em meados de 2017 elenca as prioridades, contudo, não sucinta de forma definida qual prioridade que os governos devem tomar. No entanto, as alternativas para melhorar a produção alimentar como dimensão primária para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional estão apresentadas faseadamente na imagem 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta monografia foi o de identificar os principais problemas da produção de alimentos no Timor-Leste, suas causas e possíveis alternativas para melhorar a produtividade alimentar que garante a Segurança Alimentar e Nutricional. Para atingir o objetivo, as etapas para alcançar foram estruturadas em três partes.

A primeira etapa apresentou conceitos e termos usados ao longo da pesquisa, ao mesmo tempo elencou os problemas que Timor-Leste enfrenta no decorrer do processo de desenvolvimento, principalmente os produtos alimentícios produzidos internamente. A disponibilidade de alimentos como dimensão primária da Segurança Alimentar e Nutricional, a concentração foi exclusivamente nos produtos mais consumidos pelos timorenses como identidade de cultura alimentar.

Na segunda etapa da pesquisa foram investigados os fatores causadores da deterioração de alimentos e da produtividade no país. Com finalidade de entender fatores causadores, foram pesquisados os fatores interno e externo e que de alguma forma estes contribuíram decisivamente para a escassez de alimentos.

Na terceira etapa, baseando-se em duas etapas anteriores, foram apresentadas possíveis alternativas para melhorar a produtividade alimentar, tomando-se em consideração o Direito Humano à Alimentação Adequada e os produtos como identidade nacional.

No primeiro capítulo observou-se que a deterioração na produção dos alimentos tornam níveis alarmantes durante o processo de desenvolvimento. A dependência para o consumo torna constante prática dos cidadãos para se alimentar e para sua sobrevivência.

Devido a indisponibilidade de alimentos, a maioria das populações com baixa renda dependentes da produção agrícola internamente sofre malnutrição e são sujeitas a vários tipos de doenças crônicas. A fome se elevou a patamares maiores, particularmente entre os residentes de áreas rurais e remotas.

No segundo capítulo, examinou-se que os apoios vindos do exterior não foram direcionados pelos governos ao ponto culminante, que são infraestruturas, introdução de novas técnicas, atuações que são voltadas a disponibilidade de alimentos.

Os governos como responsáveis pela implementação de políticas públicas a devida atenção ao setor de agricultura. Este capítulo apresentou fatores estruturais e conjunturais que contribuíram para a escassez alimentos no país.

As causas estruturais são: históricas; tecnológicas e ecológicas; econômicas; culturais e ideológicas e, por último, políticas, como a estrutura de poder e instituições. Os fatores conjunturais estiveram associadas à maior produtividade de produtos no mundo, e isso fez com que os preços dos produtos tornam inferiores comercializados internamente.

Por fim, no terceiro capítulo mesmo com limitações de dados e referências, promoveu elaboração de alternativas baseadas nos conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa deste trabalho.

Com base em conhecimento do nível macro da situação timorense, as alternativas foram dialogados com a estratégia da política agrícola de 2017 e da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Reconhecendo os esforços dos governos anteriores, a primeira alternativa que o capítulo apresentou precisamente foi a aprovação de normas e regras que restringem as importações dos produtos que podem ser produzidas internamente, ao mesmo tempo ajustar preços dos produtos alimentícios importados com preços do mercado interno. Baseando em fatores internos e externos elencados no capítulo dois, o terceiro capítulo descobriu que devido a maior produtividade dos alimentos no mundo e ao baixo preço que afeta decisivamente a produção de alimentos no país. Por isso, imposição de barreiras são necessárias e de urgência como medida de curto prazo. Para isso, estão sujeitas às negociações bilaterais e multilaterais.

Para o médio e longo prazo, as concentrações de todos os setores devem se concentrar nos elementos de fator interno. São eles: subsídios aos agricultores por meio de capital financeiro e crédito; intervenções dos setores público, privado e cooperativa para dinamizar setor agrícola para superar o atraso em termos de usos de novas técnicas e tecnologias de cultivo e colheita; criação dos centros de processamentos e de indústrias; distribuição para o mercado interno para o consumo, e tiver excedente, exportação é recomendável. São passos considerados decisivos para chegar no nível de auto-suficiência alimentar e certamente garante uma maior segurança alimentar e nutrição aos timorenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Food Security in the Pacific and East Timor and its vulnerability to climate change.** 2011. Disponível em: <<https://www.environment.gov.au/system/files/pages/275228c5-24db-47f2-bf41-82ef42cda73d/files/food-security-report.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Food Security in Timor Leste, Papua New Guinea and Pacific Island countries and territories.** ACIAR TECHNICAL REPORTS 80. P. 13. Disponível em: <http://aciarc.gov.au/files/node/14932/tr080_food_security_in_east_timor_papua_new_guin_11355.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

BRAGAGNOLO, Cassiano; BARROS, Geraldo. S. de Camargo. **Impactos Dinâmicos dos Fatores de Produção e da Produtividade sobre a Função de Produção Agrícola.** 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v53n1/0103-2003-resr-53-01-00031.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BURCHI, Francesco; MURO, Pasquale De. **From food availability to nutritional capabilities: advancing food security analysis.** ELSEVIER. 2015. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0306919215000354/1-s2.0-S0306919215000354-main.pdf?tid=68964b65-8df8-4a92-97f8-54b8cf69f324&acdnat=1524279273_c9f5a1be708de04675cd217e145730b>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BURITY, Valéria. et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** ABRANDH. Brasília. 2010. P. 11. Disponível em: <http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CASTRO, Josué de. **O livro Negro da fome.** 3a edição. Editora Brasiliense. 1968.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população.** 1.o volume. Editora Brasiliense. São Paulo. 1968.

CHANDRA, Alvin. **Climate-Smart Agriculture in practice: Insights from smallholder farmers, Timor-Leste and the Philippines, Southeast Asia.** The University of Queensland. Austrália. 2017. Disponível em: <<https://sees.uq.edu.au/project/climate-smart-agriculture-practice-insights-smallholder-farmers-timor-lestes-and-philippines-southeast-asia>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. Disponível em: <http://timor-lestes.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2018.

CRUZ, Cesar J. da. **Food security in Timor-Leste through crop production. Improving food security through agricultural development in Timor-Leste: experiences under 13 years of democratic government.** ACIAR. 2016. Disponível em:

<http://aciarc.gov.au/files/food_security_in_timor-leste_through_crop_production.pdf>.

Acesso em: 12 mai. 2018.

Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Roma, Itália. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

FISCHER Tony. **Food security in Timor-Leste through crop production: Global Security and Timor Leste.** ACIAR. 2016. p. 12. Disponível em:

<http://aciarc.gov.au/files/food_security_in_timor-leste_through_crop_production.pdf>.

Acesso em 12 mai. 2018

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAO methodology for the measurement of food deprivation: Updating the minimum dietary energy requirements.** 2008. Disponível em:

<http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/meta_data/undernourishment_methodology.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT. Data.** Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC/visualize>>.

Acesso em: 21 abr. 2018.

_____. **Country Indicators.** Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#country/176>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Project List.** Disponível em: <<http://www.fao.org/timor-leste/programmes-and-projects/project-list/en/>>. Acesso em: 13 abr. 2018

_____. **FAO in Timor-Leste.** Disponível em: <<http://www.fao.org/timor-leste/fao-in-timor-leste/en/>> Acesso em 12 abr. 2018.

_____. **Country Indicators-Timor-Leste.** Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#country/176>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GLOBAL HUNGER INDEX: **The inequalities of hunger. 2017.** Disponível em: <<http://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2017.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

GOMES, Mariana B da N, et al. **Guerra, alimento e poder: a problemática da segurança Alimentar e Nutricional em situações de conflito.** 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/1.-FAO-Artigo.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

GOVERNO DE TIMOR-LESTE. **Promulgação da Leis das Terras é um passo decisivo para o desenvolvimento.** 2017. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=18216>>. Acesso em: 14 mai. 2018

GUTERRES, Acacio; WILLIMAS, Robert L. **Maize production and Storage in Timor-Leste.** 2006. P. 1. Disponível em: <http://vuir.vu.edu.au/26175/1/GUTERRES_compressed.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

HAMETIN AGRICULTURA SUSTENTÁVEL TIMOR. **Desenvolvimento Rural.** Disponível em: <<http://hasatil.blogs.sapo.tl/tag/atividades>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **“Money finds un!”- Enriching the vegetable harvest in Timor-Leste.** 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/asia/media-centre/articles/WCMS_236633/lang--en/index.htm>. Acesso em: 24 abr. 2018.

IV Governo Constitucional: **Relatório de Atividades Desenvolvidas de 1 de Janeiro a 15 de Julho de 2008.** Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2009/10/pm_relac_actividade_gov_1jan_15jul_2008_pt.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.

IV GOVERNO CONSTITUCIONAL. **Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito do Orçamento Geral do Estado.** p. 4. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2009/10/pm_relac_actividade_gov_1jul_31dez_2007_pt.pdf>. Acesso em: 0 abr. 2018.

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL **Primeiros 100 dias. 16 de fevereiro a 26 de maio de 2015. Primeiro Ministro. 2015.** Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2015/06/100-Dias_High-Rez_Final-to-Print_Portuguese.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

JONSSON, Urban. **As causas da fome.** Fome e desnutrição, determinantes sociais/ Flávio Luiz Valente (org). - São Paulo: Cortez, 1986.

JORNAL DA REPÚBLICA: Publicação oficial da República Democrática de Timor-Leste. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2013/serie_1/serie1_no8.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018.

LA'O HAMUTUK. **Política Agricultura iha / Agriculture Policy in Timor-Leste. Policy on Food and Nutrition Security, Policy and Strategy for Agriculture Sector Development, Decree-Law on Pesticides.** Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/Agri/2017/17AgricPolicy.htm#estrategia>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

LOPES, Modesto; NESBITT, Harry. **Food Security in Timor Leste, Papua New Guinea and Pacific Island countries and territories: Improving food security in East Timor with higher yielding crop varieties.** AUSTRALIAN GOVERNMENT. ACIAR TECHNICAL REPORTS 80. P. 15. Disponível em: <http://aciarc.gov.au/files/node/14932/tr080_food_security_in_east_timor_papua_new_guin_11355.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

LUNDAHL, Mats; SJÖHOLM, Fredrik. **Improving the Lot of the Farmer: Development Challenges in Timor-Leste during the Second Decade of Independence.** IFN Working Paper No. 929. 2012. Disponível em: <<http://www.ifn.se/wfiles/wp/wp929.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. **Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?** Ciência e Cultura, v. 62, n. 4, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400012>. Acesso em: 25 fev. 2018.

OBSERVADOR. **Parlamento de Timor aprova regime de titularidade de terras e propriedades.** 2017. Disponível em: <<https://observador.pt/2017/02/06/parlamento-de-timor-aprova-regime-de-titularidade-de-terras-e-propriedades/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

PLANO DE AÇÃO ERRADICAÇÃO DA FOME E MALNUTRIÇÃO EM TIMOR-LESTE. 2014. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2014/07/FINAL_PAN-HAM-TIL_Portuguese-.pdf>.

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. 2016. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/tim167589.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2018.

PROCURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA. APRESENTAÇÃO DE QUEIXAS: Disponível em : <<http://pdhj.tl/?lang=pt-pt>>. Acesso em 06 abr. 2018.

PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL 2015-2017. Presidência do Conselho de Ministros. 2015. p. 45. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2015/04/Programa-do-VI-Governo-Constitucional-2015-2017.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PROGRAMA DO V GOVERNO CONSTITUCIONAL LEGISLATURA 2012-2017. Presidência de Conselhos Ministros. 2012. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/09/Programa-do-V-Governo-Constitucional_-26.8.12.pdf> .Acesso em: 10 abr. 2018.

PROGRAMA DO IV GOVERNO CONSTITUCIONAL 2007-2012. Página 16-19. Disponível em: <<https://www.etan.org/etanpdf/2007/Governmentprogrampt.pdf>> ou

<http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=16#prioridades> >. Acesso em: 08 abr. 2018.

RÁDIO E TELEVISÃO PORTUGUESA (RTP). **A invasão Japonesa de Timor.** 2017. Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/a-invasao-japonesa-de-timor/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. **A ocupação de Timor pelos Japoneses.** 2012 Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/ocupacao-timor-japoneses/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

RIBEIRO Helena; JAIME Patrícia C; VENTURA Deisy. **Alimentação e Sustentabilidade.** Estudos avançados. USP. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100185#B24>. Acesso em 23 abr. 2018.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. **Agriculture Policy and Strategic Framework Towards Nutrition-Sensitive, Climate Smart Agriculture and Food Systems.** 2017. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/Agri/2017/AgriculturePolicy4Jul2017en.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Ministério das Finanças: **Portal da Transparência.** Disponível em <<https://www.mof.gov.tl/budget-spending/budget-transparency-portal/?lang=pt> e <http://www.budgettransparency.gov.tl/publicTransparency>>. Acesso em 06 abr. 2018.

_____. **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2011-2030.** Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf> Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS. **Política Nacional de Segurança Alimentar para Timor Leste.** 2005. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/Agri/2017/PoliticaSeguransaAlimentar2005pt.pdf>>. Acesso em:30 abr. 2018.

_____. GOVERNO. **ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PESCAS.** 2003. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/decreto_governo/4_2003.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

RETRATO DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL [2015-2017]. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/08/Low_Pt_Texto_VI-GOVERNO-CONSTITUCIONAL1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SAPONOTÍCIAS. Seis Ministérios Assinam “Declaração Comoro”. Disponível em: <<http://noticias.sapo.tl/portugues/info/artigo/1099639.html>>. Acesso em 08 abr. 2018.

SCIALABBA, Nadia E-H. **FOOD AVAILABILITY AND NATURAL RESOURCE USE**. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/sustainability/Presentations/Availability.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2018.

SEEDS OF LIFE. **El Niño & La Niña. Timor-Leste**. Disponível em: <<http://seedsoflifetimor.org/climatechange/enso-el-nino-la-nina-in-timor-leste/>> . Acesso em: 24 abr. 2018.

SILVA, Augusto Lourdes da. **Food sovereignty: alternative policy for a sustainable national food system in Timor-Leste under climate change**. Thesis. The University of Queensland. 2016. Disponível em: <https://espace.library.uq.edu.au/data/UQ_400940/s42550774_correctedthesis_phd.pdf?Expires=1526854181&Signature=Xx8A8E8L79rZnJBDSKS1r3SSKfHuqDCyDW2s2tWhBJimHmv98EX~zHShEAMXefQ-58Tjx9TGEFdB9hEtjooFrGqD~levZTRFZ-N-9D2DxxEGxFcGQdoku-UTcYJH~3fEDLYbNVmjB716kzB2pomP4tTnmqkYoGXP06MU7de2tmN8r7ygQuOByyi44cqW-cL-v-lAov47DxHq1ZOACxKZPmuU1X37EOx2DfDiFIdA7B8m70EnxqF5oQYoHRL2gfolP5K6VMMu6iVSPQbK26i7IYj3IVjdxko96XdvByPjuZX9JXnjt78C8czzPnfPkZ8D60lhK-QCQSjxwUAdCBIASg__&Key-Pair-Id=APKAJKNBj4MJBJNC6NLQ> . Acesso em 19 mai. 2018.

THE WORLD BANK GROUP. **Climate Change Knowledge Portal for development practitioners and Policy Makers**. Timor-Leste. Disponível em: <http://sdwebx.worldbank.org/climateportal/index.cfm?page=country_historical_climate&ThisCCCode=TLS> Acesso em 03 jun. 2018.

THE WORLD BANK. **Timor-Leste Water Sector Assessment and Roadmap**. Paper. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/433121521173685667/pdf/124329-WP-P163648-PUBLIC-Timor-Leste.pdf>> . Acesso em: 29.mai. 2018.

THE WORLD BANK. **Price level ratio of PPP conversion factor (GDP) to market exchange rate**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.PPPC.RF?end=2014&locations=ID-TL-TH-VN&start=2002>> . Acesso em 04 jun. 2018.

THE OBSERVATORY ECONOMIC COMPLEXITY. Visualizations: **What does Timor-Leste Export? (2002-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/stacked/hs92/export/tls/all/show/2002.2016/>> . Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Visualizations: **What does Timor-Leste Export? (2002-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/stacked/hs92/import/tls/all/show/2002.2016/>> . Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Visualizations: **What does Timor-Leste Import? (2002-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/import/tls/all/show/2002.2016/>> . Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Where does Timor-Leste import rice from? 2002-2016. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2016/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2015/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2014/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2013/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2012/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2011/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2010/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2009/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2008/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2007/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2006/https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2005/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2004/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2003/;https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/tls/show/1006/2002/>. Acesso em: 21 mai. 2018.

THE WORLD BANK DATA. **Timor-Leste**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/timor-leste?display=graph>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

UNITED NATIONS. **Treaty Collection**. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-3&chapter=4&lang=en>. Acesso em: 07 abr. 2018.

WANG, Maria Y. **Grow Your Own? Rice-sufficiency in Timor-Leste**. Columbia University. 2012. Disponível em: <http://ccnmtl.columbia.edu/projects/caseconsortium/casestudies/84/casestudy/files/global/84/Timor-Leste%20Text_wm.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Timor-Leste**. Disponível em: <<http://www1.wfp.org/countries/timor-leste>>. Acesso em: 21 abr. 2018.